

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SILVIO RICARDO MUNARI MACHADO

OS INGOVERNÁVEIS

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SILVIO RICARDO MUNARI MACHADO

OS INGOVERNÁVEIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de Educação.

Orientação: Prof^a Dr^a Anete Abramowicz

SÃO CARLOS

2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M149in Machado, Silvio Ricardo Munari.
Os ingovernáveis / Silvio Ricardo Munari Machado. -- São
Carlos : UFSCar, 2013.
97 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2013.

1. Educação. 2. Arquivo. 3. Resistência. 4.
Governamentalidade. I. Título.

CDD: 370 (20^a)



Programa de Pós-Graduação em Educação
Comissão Julgadora da Dissertação de mestrado de

Silvio Ricardo Munari Machado
São Carlos 26/02/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Anete Abramowicz

Prof. Dr. Romualdo Dias

Prof. Dr. Flávio Caetano da Silva

RESUMO

A partir de um arquivo constituído por vinte cadernos de campo, que registraram uma experiência em coordenação pedagógica no projeto social Pão & Beleza (entre 2007 e 2010), realizado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis - RJ, o presente trabalho buscou pensar em modos de resistência ao governo da vida na contemporaneidade, tendo como referência os modos de vida de um grupo de moradores de rua atendidos pelo projeto acima mencionado, os quais foram denominados *ingovernáveis*. Trabalhamos com este arquivo utilizando ferramentas teóricas forjadas pela filosofia da diferença, principalmente os autores Michel Foucault e Gilles Deleuze, buscando realizar uma cartografia conceitual. Esta cartografia tem os afetos como primeiro passo para a elaboração conceitual, ou seja, primeiro deixa-se afetar pelas forças presentes na pesquisa. São esses afetos que nos forçam a pensar e, desse modo, criar meios para tornar visíveis e dizíveis estas forças próprias do campo das sensações. Tomamos, então, os conceitos de inconstância, recusa e coragem da verdade para traçar os contornos do nome comum *ingovernáveis*. A inconstância, que está entre a aceitação de um certo modo de governo dos outros sobre si mesmo e a afirmação do governo de si sobre si mesmo; a recusa, como gesto fundador de um modo de vida ingovernável; e a coragem da verdade, de inspiração Cínica, que é um desdobramento e um complemento da recusa.

Palavras-chave: Arquivo – Resistência – Ingovernáveis

ABSTRACT

The present study aimed to consider ways of government resistance in contemporary life. The study has started from an archive consisting of twenty field notebooks, which registered an experience of pedagogic coordination in a social project called Pão & Beleza (between 2007 and 2010), realized by Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis – RJ. As reference of life a group of homeless, people served by the project mentioned above, which in this study were called ungovernable, has been taken. To work with this archive the conceptual tools forged by the philosophy of difference and its authors Michel Foucault and Gilles Deleuze has been used seeking to draw a conceptual cartography. This cartography has the affections as a first step towards the conceptual elaboration, ie, first let themselves be influenced by the forces present in the research. These affects force us to think and thereby to create means to make visible and sayable these forces that belongs to the field of sensations. The inconstancy, refusal and courage or truth are the concepts used to outline the common name ungovernable. The inconstancy, which is between the acceptance of a certain mode of government of others over himself and the government of the self over the self; refusal, founding gesture of an ungovernable way of life, and the courage of truth, inspired by cynical, which is an offshoot and a complement of refusal.

Key-words: Archive – Resistance – Ungovernable

SUMÁRIO

Introdução	08
Parte I	12
Maurício	13
Pré-história	15
Primeira fase do projeto Pão & Beleza: Espaço Cidadão	16
Segunda fase – Espaços de Cidadania	19
Observação: “institucionalizáveis”	22
Limites da escrita	23
Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis – CDDH	26
Direitos Humanos, direitos dos pobres	28
Das Comissões de Justiça e Paz aos Centros de Defesa de Direitos Humanos	30
Grito da Terra, grito dos pobres: a presença de Leonardo Boff	32
Marcas políticas e pedagógicas	34
Parte II	35
Arquivando o próprio eu	36
Arquivos	38
Privatização do comum	41
Paixões tristes	49
André	52
Animal Arisco	53
... Domesticado esquece o risco	56
Parte III	57
Do afeto ao pensamento	58
Nem todos são ingovernáveis	60
<i>Punks</i> ingovernáveis	62
Ingovernáveis enquanto pesquisa acadêmica	63
A arte de não ser governado	65
Governo	67
Implicações para pensar os ingovernáveis	70

Técnicas mendicantes	71
Constantes em sua inconstância	72
Recusa	76
Coragem da verdade	79
Sintetizador	81
Final	83
Pedagogo-militante	84
Pedagogo-esgotado	86
Pedagogo-pesquisador	87
Ingovernáveis como nome comum	89
Ingovernáveis como composição	90
Última página	91
Referências	92

INTRODUÇÃO

No fundo, esta dissertação de mestrado nasceu há sete anos, quando pisei pela primeira vez no Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH). Foi na noite de três de julho de 2006, quando eu ainda era estudante de um curso de pedagogia e estava escrevendo meu trabalho de conclusão de curso: uma monografia sobre a pedagogia do cuidado no projeto Pão & Beleza – Espaço Cidadão¹.

Pretendo dar um caráter diferente ao trabalho ora apresentado, considerando que naquela monografia quis compreender uma dimensão muito específica do projeto Pão & Beleza: as atividades socioeducativas conhecidas como Grupos de Referência. Agora tenho a intenção de pensar outras questões a partir dos quatro anos em que atuei como coordenador pedagógico deste mesmo projeto.

Evoco a monografia não porque ela traga informações indispensáveis para a redação deste texto, mas sim por uma frase em especial, escrita ao final do primeiro capítulo, que traduz um pouco do espírito que toma conta de mim quando revisito o material utilizado para realizar a pesquisa de mestrado. A frase foi escrita a propósito de minha viagem a Petrópolis ainda em 2006, quando estava elaborando a já referida monografia, e tentava registrar em palavras o quanto os dez dias desta viagem produziram memórias em meu corpo. Eis a frase: *Retornei. Sem nunca ter saído de lá.*

De certo modo ainda é uma frase potente, já que para escrever este texto, esta dissertação, tenho a proposição de explorar um arquivo constituído por vinte cadernos, cadernetas, agendas, blocos de notas, produzidos ao longo dos anos em que lá trabalhei – entre março de 2007 e setembro de 2010. Trata-se, de certo modo, de tecer algumas narrativas. A história da própria organização, a

¹ MACHADO, Silvio Ricardo Munari. **A Pedagogia do Cuidado no projeto Pão & Beleza**. 1996. 52f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro, 1996.

história do próprio projeto. Ao mesmo tempo, trata-se de tentar pensar a partir de encontros que se fizeram ao longo de minha atuação no projeto e, talvez mais importante, a partir de meu próprio encontro com este arquivo, com estas memórias.

Nesse sentido, ao pesquisar meu arquivo não busquei pensar o quanto a trajetória de uma organização como o CDDH pode colaborar com respostas às perguntas que o presente nos coloca hoje, quando, passadas três décadas desde o fim da ditadura civil-militar, o Brasil figura como um dos Estados que mais torturam e mais matam no mundo. A pesquisa deste arquivo quer pensar sobre modos de governo da vida e sobre modos de governo de si mesmo.

A motivação inicial da pesquisa era retomar a Pedagogia do Cuidado, eixo central do projeto Pão & Beleza, e produzir uma análise da mesma a partir dos estudos que Michel Foucault realizou em torno da Antiguidade Greco-Romana, tomando como chave de leitura a noção de cuidado de si. Contudo, a leitura do arquivo orientou minha pesquisa para uma direção diferente: a categoria “governo” tornou-se a principal chave de leitura.

Esta reorientação ocorreu em função da recorrência, em diversas páginas dos cadernos que compõem meu arquivo, dos nomes de algumas pessoas atendidas pelo projeto. Eram poucas pessoas, tidas como loucas, drogadas, vagabundas, mendigas, bandidas, etc., e que nunca deixaram de ser mencionadas, ao longo daqueles quatro anos, em reuniões de equipe, em fóruns e redes de atendimento, em audiências públicas, em jornais e programas de rádio e TV.

Além dessa insistente presença em meus registros, existe a fala muito potente de um morador de rua, que sempre colocou em xeque os objetivos e metas do projeto – e, em algumas ocasiões, os próprios modos de vida dos trabalhadores da organização. Este homem, negro, de 31 anos, desde criança vivendo nas ruas, dizia que era muito grato ao atendimento oferecido pelo CDDH e pelo projeto Pão & Beleza, mas que preferia não ter acesso a este projeto em caso de ser obrigado a abandonar seu modo de vida para, então, viver do mesmo modo que nós, os trabalhadores da organização.

A recorrência destas questões em meus escritos, muitas vezes breves menções numa ou noutra página, não apenas referentes a acontecimentos internos ao projeto, como também em relação à cidade como um todo, levou-me a considerar seriamente a possibilidade de extrapolar a própria vivência registrada em meu arquivo e realizar uma experiência de pensamento, a partir destas vidas insistentes e sempre incômodas aos poderes constituídos. E, para levar isto adiante, passei a trabalhar a partir de um nome comum: *ingovernáveis*.

Assim como estão por todas as partes os modos massivos de governo, também estão por todas as partes as iniciativas, individuais ou coletivas, de experimentar outras formas de governo. Penso nas crianças que não passam os dias inteiros docilmente sentadas nas carteiras das salas de aula e tem sido largamente medicalizadas por essa recusa. Penso na assim chamada “epidemia de crack” e na violenta cruzada que vem se alastrando pelo país pedindo pela internação compulsória daqueles que recusam a saúde dominante. Penso nos adolescentes e jovens em conflito com a lei e o clamor da sociedade pela redução da maioria penal. Nos artistas de rua frequentemente barbarizados pela polícia e pelas prefeituras do país. Outros? Possivelmente!

Este estudo parte então dos encontros que tive durante os anos de trabalho no projeto Pão & Beleza com pessoas, categorizadas como velhas, malucas, vadias, putas, vagabundas, bandidas, drogadas, hippies, etc. Pessoas que tem outros modos de governo ou desgoverno de suas vidas, e mesmo outros modos de vida, em relação àquilo que pode ser definido como normal, legal, saudável, bonito, educado.

A Parte I procura desenvolver uma narrativa sobre a organização no ponto em que se cruzam a teologia da libertação, os direitos humanos e a presença de Leonardo Boff, presidente de honra da organização e grande expoente no Brasil contemporâneo de uma obra sobre o cuidado.

Na Parte II o desafio foi criar um texto a partir dos 20 cadernos que compõem meu arquivo, enumerados de 001 a 020. É nesta parte que procuro trazer à tona a experiência vivida em Petrópolis e os modos pelos quais toda uma

cidade pode ser mobilizada a partir do mais abjeto, do indesejado, do ingovernável.

A Parte III é um exercício de pensamento. Pensar a partir das narrativas das duas partes precedentes e tentar realizar uma composição em torno do nome comum *ingovernáveis*. Não se trata de fazer o papel da filosofia e criar conceitos, já que nem sequer trata-se de um trabalho na área da filosofia. Trata-se de pensar a partir de ferramentas forjadas nas lutas que se desenrolaram na interface entre direitos humanos, educação popular e assistência social e sua composição com outras ferramentas conceituais e, assim, tentar forjar uma nova ferramenta para potencializar estas e outras lutas.

Este exercício de pensamento culmina na última parte, onde procuro demonstrar a composição conceitual em torno do nome comum *ingovernáveis*. Nesta última parte também busquei explicitar uma hibridização entre a pedagogia e a militância. As figuras subjetivas do pedagogo-militante, do pedagogo-esgotado e do pedagogo-pesquisador foram meios de tentar trazer ao primeiro plano uma relação que atravessa todo o texto, mas que não se faz de imediato perceptível: a relação entre a pedagogia e os *ingovernáveis*.

PARTE I

MAURÍCIO

Em 2007 Maurício contava 31 anos de idade. Não era difícil localizá-lo nas imediações do centro histórico da cidade de Petrópolis/RJ, desde que fornecidas cinco informações: mendigo, homem, negro, que não tem “os dentes da frente” e “cheira” cola de sapateiro.

Maurício relatava viver nas ruas da cidade desde a infância, ter tido família adotiva, e muitos outros detalhes que, possivelmente, sejam os detalhes das vidas de outros tantos que vivem pelas ruas do Brasil contemporâneo.

Há “algo” no modo como Maurício vivia que, talvez, não possa ser considerado uma característica pessoal. Este “algo” diz respeito ao modo como se relacionava com as muitas instituições de natureza pública ou privada, que o procuravam pelas ruas por motivos muito díspares: fornecer alimentação, doar um cobertor, oferecer uma oração, garantir seus direitos, oferecer internação em uma clínica para viciados, retirá-lo das ruas.

Maurício, assim como tantos outros que estavam nas ruas, aceitava os alimentos, as orações, a ajuda para conseguir seus direitos, até mesmo dar uma volta nas peruas e vans que conduziam as pessoas que estavam nas ruas até o abrigo municipal ou às comunidades terapêuticas dos arredores. Aceitava isso e talvez mais coisas – não sabemos.

O que Maurício não aceitava era que tentassem conduzir suas condutas. “Condução” que acompanhava as muitas ofertas que recebia: se não cheirasse mais cola hoje, amanhã receberia mais sopa; se tomasse um banho hoje, receberia roupas limpas; se deixasse sua lata de cola na rua, poderia passar a noite no abrigo; se aceitasse realizar um tratamento de desintoxicação, receberia um emprego.

Maurício tinha modos mais ou menos cordiais de responder a cada uma destas promessas e condições que tinham como premissa a necessidade de mudança. A forma das respostas dependia de critérios conhecidos somente por

ele, aprendidos consigo mesmo ou com outros, com o objetivo de preservar seu modo de vida em relação às instituições que lhe assediavam e lhe propunham que renunciasse a si mesmo.

No projeto social onde trabalhei, estes modos de recusa foram diversos: algumas vezes gritos, outras ausências prolongadas; outras vezes, ainda, um simples “não, eu agradeço, mas estou bem assim” ou “olha, agora não posso falar com a assistente social porque preciso fazer minha caminhada, cuidar da minha saúde, né?”.

Outras vezes, contudo, esta recusa assumiu a forma de uma resposta muito bem elaborada, capaz de colocar em xeque não apenas nossos métodos pedagógicos e nossos honrados princípios, mas também nosso próprio modo de vida. Mais ou menos assim: “olha, sr. Silvo, eu agradeço a oportunidade que vocês me dão aqui, de poder tomar um banho, de me alimentar, ‘os pessoal’ aqui são muito gente fina comigo mas, com todo respeito, eu não quero mudar de vida para ter que pagar aluguel, pagar conta de água, conta de luz, para ter que ficar escutando uma mulher me enchendo a paciência o tempo inteiro, entende? Se não der mais pra ser atendido aqui eu vou entender, mas eu prefiro continuar vivendo assim e garanto para o senhor que não sou nem mais nem menos feliz que o senhor, entende?”.

Assim, Maurício estabelecia uma relação até certo ponto clara com as diferentes instituições que, por motivações diversas, procuravam por ele: aceitaria sopas, orações, roupas, dinheiro e qualquer outra coisa, contanto que esta aceitação não implicasse na renúncia de si mesmo e na concessão para que outros pudessem conduzir e governar sua vida.

Obviamente os efeitos deste tipo de relação de um morador de rua com os demais moradores da cidade eram desconcertantes. No caso de Maurício, isto lhe custou os dentes da boca, um ano na prisão, constantes “duras” das polícias e pode ter-lhe custado a vida, pois desde 2010 não houve quaisquer notícias sobre ele.

PRÉ-HISTÓRIA

Meu encontro com Maurício ocorreu pela primeira vez em julho de 2006, ocasião em que havia viajado a Petrópolis para conhecer o projeto social Pão & Beleza – Espaço Cidadão, realizado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH) desde 2004.

A visita não era fortuita. Estudante do curso de licenciatura em pedagogia da UNESP de Rio Claro – SP, eu vivia o processo de elaboração de meu trabalho de conclusão de curso – um estudo sobre a dimensão pedagógica do projeto Pão & Beleza – e esta era minha saída ao campo.

Inicialmente, seria realizada uma pesquisa em torno do projeto pedagógico da organização como um todo. Mas algo aconteceu: quanto mais eu pesquisava as ações realizadas pela organização, mais e mais vezes era levado a pensar no próprio projeto Pão & Beleza. Fiquei praticamente sem escolha, pois queria mesmo pesquisar este projeto!

Foi muito impactante estar lá. E não é exagero algum afirmar que a saída ao campo modificou todo o projeto, já transcorrido um ano de trabalho, e que todas essas mudanças devem ser atribuídas aos encontros que tive por lá. Encontros com a cidade de Petrópolis, fria, montanhosa, histórica, imperial. Com a própria sede da organização, que me hospedou por 15 dias. Com a equipe de trabalho do projeto, que me mostrou uma face da pobreza que até então eu desconhecia. Principalmente, encontros com os participantes do projeto, com quem pude experimentar a alegria que pode emergir da mais precária forma de existir.

A pesquisa resultou na já referida monografia intitulada *A Pedagogia do Cuidado no Projeto Pão & Beleza*. Nela, compreendi o trabalho realizado pelo projeto justamente como um espaço capaz de propiciar a seus participantes encontros, no sentido spinozista do termo, ou seja, encontros que lhes oferecessem possibilidades de aumentar ou diminuir a sua potência de vida.

Nesse sentido, o cuidado como uma ética, e a ética como a possibilidade mesma dos encontros.

PRIMEIRA FASE DO PROJETO PÃO & BELEZA: ESPAÇO CIDADÃO

É deste período minha primeira lembrança de Maurício. Ele estava parado no jardim do projeto e conversava com alguém. Por um instante procurei por seu interlocutor e não encontrei. Sabe-se lá quem era, pois Maurício certamente conversava com alguém que somente ele conseguia enxergar! Maurício “cheirava” cola de sapateiro, mas uma cena como essas não era comum dentro do espaço do projeto, já que os moradores de rua que dele participavam mantinham uma espécie de pacto e evitavam ir ao espaço quando estavam “muito loucos”.

Penso que este modo de conduzir-se no espaço não tenha sido fruto de alguma conscientização ou algo do gênero. Penso que a forma como se acolhia essas pessoas no projeto e os vínculos que esta acolhida produzia eram os principais responsáveis para que essas pessoas “respeitassem o espaço”, como diziam.

Naquela ocasião o projeto já funcionava há quase três anos. Foi inaugurado em maio de 2004 e vivia o auge do que chamarei aqui de sua primeira fase, quando atendia cerca de 300 pessoas diariamente em seu refeitório.

Fora criado para oferecer um conjunto de atividades sociais e educativas, constituídas por um refeitório que servia uma refeição diária (almoço) por R\$ 1,00; um espaço para banho, acompanhado de toalha, sabonete e doação de roupas usadas; corte de cabelo semanal; sessão de cinema; cursos profissionalizantes; e atividades diárias conhecidas como grupos de referência.

No cotidiano, os participantes do projeto (chamados pela organização “beneficiários” e também “usuários”) precisavam contribuir com R\$

1,00 pelo almoço e participar, semanalmente, de um desses grupos de referência. Nos grupos aconteciam atividades diversas, envolvendo rodas de conversa, elementos de teatro, música, dança, brincadeiras, passeios.

Participavam do projeto, além dos ditos moradores de rua, idosos, doentes mentais, desempregados, trabalhadores precários, homens e mulheres, todos maiores de 18 anos e considerados excluídos socioeconômicos. De fato, o projeto reunia em seu espaço uma diversidade incrível de pessoas que não encontravam outros espaços em que fossem bem acolhidas na cidade. Talvez o ponto comum fosse a experiência da anormalidade, ainda para além da problemática socioeconômica.

É possível vislumbrar o conjunto de pessoas atendidas por meio de uma pesquisa realizada em Maio de 2008², quando buscou-se sistematizar o perfil dos participantes. Neste período já não eram servidas as 300 refeições diárias e o número de pessoas entrevistadas (cento e cinco pessoas) certamente não é representativo de todos os anos do projeto. Ainda assim, permite situar um tanto melhor quem eram as pessoas atendidas. Vejamos os dados:

- **Gênero:** 19% dos atendidos eram mulheres e 81% eram homens;
- **Faixa etária:** 18% estavam entre os 20 e os 29 anos; 16% entre os 30 e 39 anos; outros 16% entre os 40 e 49 anos; 20% entre os 50 e 59 anos; 17% entre os 60 e 69 anos; 9% entre os 70 e 79 anos; 4% entre os 80 e 89 anos;
- **Etnia**³: 50% brancos; 30% negros; 16% pardos; 4% não declararam;
- **Escolaridade:** 8% não escolarizados; 14% com ensino fundamental completo; 71% com ensino fundamental

² CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS. **Perfil dos beneficiários: maio de 2008**. Petrópolis, 2008, 4 p.

³ Mantivemos a nomenclatura original. Entendemos que aqui deveria ser “raça”, e não “etnia”. Quanto ao número de brancos, na pesquisa ocorreu a autodeclaração.

incompleto; 3% com ensino médio completo; 4% com ensino médio incompleto;

- **Estratégia de sobrevivência:** 50% faziam “biscate”; 15 % eram aposentados; 13% estavam desempregados; 4% eram ambulantes; 4% viviam de Benefício de Prestação Continuada; 4% guardavam carros; 4% eram “pedintes”; 4% não declararam; 1% tinha carteira assinada; 1% era pensionista; 1% declarou-se vendedor;
- **Moradia:** 71% não pagavam aluguel; 15% pagavam aluguel; 8% viviam nas ruas; 5% não declararam; 1% vivia em pensão;
- **Religião:** 63% eram católicos; 19% eram evangélicos; 12% declararam não ter religião; 2% eram protestantes; 2% eram kardecistas; 1% não soube dizer; 1% declarou-se messiânico.

Penso que não cabe aqui interpretar os dados acima descritos. Eles pouco podem dizer do cotidiano do espaço. O movimento era intenso e existiam situações tão diversas que seria impossível elencar todas. O fato é que durante o horário de funcionamento do projeto, entre 10 e 16 horas, de segunda a sexta-feira, a cidade de Petrópolis sabia onde estavam seus infames.

Entre os anos 2004 e 2007, foram servidas 300 refeições diárias. Em 2007 esse número foi reduzido para 150 refeições. Progressivamente, o número de refeições foi reduzido para 75, depois para 50, até que finalmente mudanças no contexto municipal levaram a organização a redirecionar o projeto e interromper o fornecimento de refeições na própria sede.

Tudo o que ocorre a partir do fechamento do refeitório constitui a segunda frase do projeto. O fechamento do refeitório é, efetivamente, um divisor de águas na história do Pão & Beleza, considerando que durante algum tempo tentou-se manter somente as atividades pedagógicas no interior da instituição. Sem a refeição, entretanto, isso não funcionou.

Ao cunhar o nome do projeto unindo, por meio do dito “e” comercial (&) as palavras “Pão & Beleza”, a organização parece efetivamente ter atribuído

uma determinação definitiva para o projeto. Não poderia haver pão sem beleza, não poderia haver beleza sem pão.

SEGUNDA FASE – ESPAÇOS DE CIDADANIA

Mas o projeto não foi encerrado pela organização. Tal como mencionado acima, iniciou-se uma nova fase e o Pão & Beleza multiplicou-se em Espaços de Cidadania. Desdobrou-se em duas frentes: a implementação das três cozinhas comunitárias existentes em Petrópolis e a coordenação pedagógica do abrigo municipal para a população em situação de rua.

As mudanças foram tensas, sobretudo no âmbito dos próprios participantes do projeto, já que o Pão & Beleza era considerado por eles o único espaço onde eram reconhecidos como cidadãos.

Um elemento de contexto representou o limite absoluto para a continuidade do refeitório dentro do espaço, enquanto outro elemento representou a oportunidade para que o projeto continuasse em outras bases, sem desperdiçar a experiência acumulada.

O limite absoluto foi a inauguração, em oito de julho de 2008, de um Restaurante Popular no centro da cidade.⁴ O restaurante passou a servir mil refeições diárias, pelo preço de R\$ 1,00, sendo capaz de absorver também a demanda do projeto, que naquela ocasião servia 75 refeições diárias. O limite dizia respeito à própria questão do financiamento da proposta do projeto Pão & Beleza. Não era possível justificar a existência de um refeitório paralelo para um município daquele porte (cerca de 300 mil habitantes), ainda que o projeto Pão & Beleza não se limitasse à oferta de refeições.

⁴ Parte de um programa nacional do governo federal na frente de combate à fome, os Restaurantes Populares são espaços amplos, com capacidade para servir no mínimo mil refeições diárias para trabalhadores, estudantes, aposentados, pessoas em situação de rua e demais pessoas que se disponham a almoçar pelo preço de R\$ 1,00.

Quanto à oportunidade: surgiu após tomar posse um novo governo municipal. A equipe que assumiu a Secretaria de Assistência Social procurou pelo CDDH com o objetivo de estabelecer uma parceria. Nesta parceria o CDDH, por meio do projeto Pão & Beleza, atuaria em dois programas municipais: as cozinhas comunitárias e o abrigo municipal voltado ao atendimento da população em situação de rua⁵. Eram três cozinhas comunitárias que existiam, mas não funcionavam, e um abrigo para a população em situação de rua, que existia mas resumia-se a um “depósito” de pessoas.

Para a organização pareceu um desdobramento importante de suas ações, já que desde o ano de 2007 liderava uma rede de instituições que articulava diversos grupos atuantes junto à população em situação de rua e outros grupos considerados vulneráveis do ponto de vista da assistência social (desempregados, desabrigados, famintos, etc.). Em ambos os casos, a proposta do projeto Pão & Beleza apresentava-se como ideal, considerando que o mesmo foi concebido para aliar a questão alimentar (Pão) e a questão social (Beleza).

Acordos feitos, convênios assinados, mãos à obra?

Não foi tão simples. A Secretaria queria que fossem realizados trabalhos de “formação cidadã”. Contudo, quando ouviram as primeiras reivindicações, tanto das pessoas abrigadas quanto das pessoas frequentadoras das cozinhas, tornaram-se refratárias à própria cidadania que haviam demandado. Uma coisa é dizer durante a campanha: “este será um governo para

⁵ População em situação de rua é o termo usado hoje pelo Ministério do Desenvolvimento Social para referir-se às pessoas que tem nas ruas sua vida cotidiana, em termos de “moradia”, sobrevivência, etc. Utilizo mendigos, moradores de rua ou população em situação de rua ao longo da dissertação para referir-me a estas pessoas que vivem nas ruas. O termo mendigo ou é utilizado em contextos onde há referência pejorativa a essas pessoas, ou é uma liberdade poética. Prefiro o termo “moradores de rua” porque designa uma situação absolutamente paradoxal: morar em um lugar que não é uma moradia. Além disso, também exprime as próprias condições precárias das políticas públicas brasileiras. Já o termo “população em situação de rua” é considerado “progressista” porque a expressão “em situação” quer designar que é uma condição transitória e que pode mudar desde que atendidas, adequadamente, as demandas apresentadas. Foi um termo muito utilizado pela equipe do projeto em instâncias em que era preciso insistir na transitoriedade da condição de morador de rua. Nesta dissertação, aparecerá quando o texto expressar situações vividas, sobretudo, na esfera governamental.

os mais pobres”. Outra coisa é estar em contato com os “mais pobres” e perceber que não são pura carência, mas também muita potência.

No âmbito das cozinhas comunitárias, pode-se afirmar que foi possível garantir refeições que saíram de acordo com o projeto da instituição (“saborosas, nutritivas e de qualidade”) para os frequentadores das três unidades. A dimensão do Pão. Contudo, o trabalho referente à dimensão da Beleza não deslanchou. Quer dizer, não houve atividades educativas de qualquer espécie. A prefeitura parecia entender a importância de que as mesmas acontecessem, mas esta compreensão não se traduzia em aportes financeiros que viabilizassem as mesmas.

No âmbito do abrigo municipal, as pessoas em situação de rua que eram então atendidas foram organizadas em grupos e estes grupos funcionaram à moda de conselhos populares que, por meio de rodas de conversa, partilhavam suas inquietações quanto à sua própria vida, quanto à vida no cotidiano do abrigo e quanto às perspectivas de futuro. Cada grupo constituía dois representantes que, numa outra instância, reuniam-se junto aos representantes da prefeitura para levar as reivindicações comuns a todos os abrigados. Prontamente estas pessoas propuseram modificações de diversas ordens para o cotidiano do abrigo, as quais incluíam os horários de funcionamento do refeitório, dos banheiros, da recepção de novos abrigados, etc.

A reação da prefeitura foi ambígua: aceitaram as reivindicações e, ao mesmo tempo, iniciaram uma espécie de perseguição aos representantes dos abrigados que encaminhavam as discussões das assembleias. Esta perseguição era perversa: os funcionários do abrigo passaram a valorizar as pessoas abrigadas que não participavam de qualquer atividade e, ao mesmo tempo, insinuar que os participantes das atividades eram alcaguetes dos demais.

Em pouco tempo as assembleias tornaram-se vazias, nossas atividades foram suspensas e alguns dos abrigados, que eram lideranças, viram-se impelidos a sair do abrigo, mesmo em condições totalmente desfavoráveis (em outras palavras: não havia qualquer programa que pudesse acompanhá-los ou

apoiá-los com moradia e emprego, por exemplo: saiam do abrigo com “uma mão na frente e outra atrás”, como tantas vezes nos disseram).

Estas e outras situações ocorreram ao longo de todo o processo e, salvo engano, continuaram ocorrendo até o final do ano de 2012, quando a organização decidiu “fechar o projeto para balanço”, considerando novamente alterações do contexto político municipal (agora exclusivamente em função das eleições).

Esta guinada da primeira para a segunda fase foi também importante para o próprio Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis porque, de certa maneira, marcava um retorno a uma dimensão que atravessou a própria organização até meados da década de 1990, qual seja, a realização de ações permanentes fora da própria sede da organização, sobretudo no que diz respeito à ocupação das próprias ruas da cidade e da atuação no interior de comunidades periféricas, as quais encontram-se nos primórdios de suas ações.

OBSERVAÇÃO: “ININSTITUCIONALIZÁVEIS”

Comecei escrevendo sobre Maurício e alguns outros moradores de rua que participavam do projeto e gostaria de finalizar esta etapa escrevendo sobre eles. Ao escrever sobre este último período em que participei do projeto parece-me claro que existem dois grandes grupos de pessoas que viviam nas ruas naquele período: os que mantinham um tipo de relação “amigável” com as instituições e aqueles que eram tidos pelas próprias instituições como inimigos. Isso não significa que elas tinham a instituição como inimiga. Inúmeras vezes haviam concordado em ser abrigadas e receber o atendimento dentro do espaço.

Em contrapartida, sua permanência era sempre transitória e não tolerada. Maurício, por exemplo, foi preso junto com outro rapaz que vivia nas ruas. Acusação: roubaram a mochila de outro morador de rua também acolhido no próprio abrigo. Haveria que se pensar seriamente em como estas pessoas eram produzidas como inimigas pelas próprias instituições. Obediência absoluta

às regras, o entendimento de que a política pública é um favor, e, mais do que tudo, a necessidade de abdicar de si mesmo em função de regras arbitrariamente decididas para aderir aos programas parecem-me alguns elementos da produção desta “inimizade institucional”.

LIMITES DA ESCRITA

Todas as sextas-feiras aconteciam no projeto as Oficinas de Eletrotécnica. O professor era dos mais dedicados. Vestindo um jaleco branco, chegava sempre antes do almoço para preparar a sala de aulas. Apoiando-se numa muleta e carregando com dificuldade sua mala repleta de materiais que usaria durante as aulas, Sr. Carlos mantinha uma disciplina rigorosa.

Numa sexta-feira de data ignorada, Sr. Carlos chamou-me em sua sala para mostrar uma novidade: havia encomendado um crachá para identificá-lo como mestre daquela turma e o crachá finalmente havia sido entregue. Era feito em um plástico sólido de cor preta e, ao centro, podia-se ler em letras brancas: Professor Eletrônico.

Ainda hoje imagino que teria desejado escrever Professor de Eletrônica, ou algo que o valha. Mas pouco importa. Para aquele senhor, próximo de completar 90 anos, aquelas aulas de sexta-feira eram sagradas. Fazia questão de realizá-las na última sala do imóvel, pois soube que lá, um dia, “as freiras faziam suas orações”.

Suas aulas ainda eram sobre rádios e TVs valvulados. Algumas noções sobre instalações prediais e manutenção de equipamentos como chuveiros e ferros de passar. Seria possível conteúdo mais anacrônico? Pouco importava para seu grupo de 25 alunos que, sempre fiéis, faziam questão de chegar no horário, com a barba feita e o banho tomado, para “receber aquela instrução”.

Pura paixão!

Foi também com a mesma intensidade que o Sr. Carlos recebeu a notícia sobre o fechamento do projeto. Como fariam para manter as aulas de eletrônica? Como fariam para alimentar aquelas pessoas “pobrezinhas” que não recebiam ajuda nem das igrejas? Talvez tenha feito tantas outras perguntas. Não anotei nenhuma delas, mas é impossível não encontrar estas palavras registradas no meu corpo intensivo.

E se realize este relato, é para tentar tornar menos burocráticas as páginas anteriores, impregnadas de um relato quase higiênico. Como se os processos que levaram de uma fase a outra do projeto não tivessem sido extremamente angustiantes e repletos de paixões tristes. Incomoda, igualmente, a incapacidade de poder realizar os relatos, realizar a escrita mesma do texto, de modo que estas tensões possam estar evidentes na própria superfície do texto.

Talvez isso seja próprio do contexto em que agora nos encontramos, quando devo apresentar um texto acadêmico para obter o título de mestre. Talvez isso seja fruto de minha própria inabilidade para transpor os registros existentes em meu arquivo para a tela em branco do computador. Talvez, ainda, sejam as próprias lacunas dos arquivos que falem sem nada dizer num momento como este.

Fato é que ao terminar este histórico pude lembrar-me de muitos encontros com os participantes do projeto enquanto este sustentou o seu refeitório e recordar muitas histórias tristes, tensas, angustiantes. No relatório entregue no mês de Maio de 2009⁶ para a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Petrópolis (SETRAC), pode-se ler:

No que diz respeito às atividades desenvolvidas pelo projeto Pão & Beleza nas dependências do CDDH, prosseguimos com um grupo de beneficiários, mesmo sem a oferta do almoço. Tal como mencionado no último relatório, o projeto segue oferecendo todos os demais serviços, inclusive as oficinas de cinema e eletrotécnica.

⁶ CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS. **Relatório de atividades**. Petrópolis, 2009. 4 p.

O número de beneficiários caiu drasticamente, oscilando entre 20 e 25 beneficiários, que se dividem entre a Oficina de Cinema (segunda-feira), o Grupo de Referência (quarta-feira) e a Oficina de Eletrotécnica (sexta-feira).

Ressaltamos que as discussões realizadas no Grupo de Referência giram em torno da qualidade dos serviços oferecidos pelo Restaurante Popular. Os beneficiários comparam incessantemente o serviço que tiveram no refeitório do projeto ao dia-a-dia do Restaurante Popular.

Suas considerações são positivas no que diz respeito à higiene e à organização espacial do local. Contudo, são bastante negativas no que diz respeito ao atendimento (não humanizado), à quantidade de alimento servido (principalmente no que diz respeito aos homens), à qualidade da refeição (padrão industrial).

Com o passar das semanas, foi-se dissipando o medo que os beneficiários tinham de que o projeto chegasse ao fim. Ao mesmo tempo, esperam que o CDDH possa auxiliá-los a alcançar melhorias no Restaurante Popular, de modo que este possa ter a cara do povo, e não da empresa que o administra.

O clima era realmente tenso e os afetos eram de tristeza. Acompanhamos os beneficiários durante algum tempo ao Restaurante Popular e os impactos de estar naquele espaço apenas como coadjuvantes, sem que pudessem opinar de qualquer modo que fosse, nos levou a prolongar a existência do projeto por três meses além do planejado, a fim de garantir aquele espaço de acolhimento, sobretudo a quem não podia adaptar-se ao novo restaurante.

Conseguimos sustentar algumas atividades que promoviam o seu encontro com a própria equipe, e ao mesmo tempo o próprio encontro da equipe com eles, considerando que os afetos não tinham lugar delimitado e circulavam por todos os lados. Assistir a um filme, na assim chamada Oficina de Cinema, era oportunidade para cinco ou seis pessoas passarem suas tardes de segunda-feira. Uma roda de conversa, às quartas-feiras no tradicional Grupo de Referência, um meio de proporcionar a partilha do cotidiano por meio de palavras. E a assim chamada Oficina de Eletrotécnica, uma forma de trocar experiências sobre “biscates” diversos nas tardes de sexta-feira.

Ainda que o projeto não tenha terminado, mas reorientado suas ações em relação ao contexto do próprio município, foi um momento de grande tensão e que, ao longo da escrita, não cessa de me torcer os nervos. Havia situações muito duras e poucas forças para conseguir reorientar os caminhos.

Por exemplo, a história de Dona Regina e sua filha. Ambas diagnosticadas como esquizofrênicas, que começavam a cantar à plenos pulmões em qualquer lugar e em qualquer tempo, de forma absolutamente imprevisível. No refeitório do Pão & Beleza, esses momentos eram tratados por meio de conversas com Dona Regina, dando suporte para que desse vazão às suas canções. Segundo seus relatos, a primeira vez em que isso aconteceu nas dependências do Restaurante Popular, os seguranças do local colocaram-na para fora do espaço, junto com sua filha, agarrando-as pela cintura e carregando-as para fora.

Todo este momento foi trágico, in-tenso.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS – CDDH

A história do CDDH ainda não foi contada por inteiro. Desde fins de 2012 está em andamento um projeto que busca fazê-lo, por meio do registro audiovisual de entrevistas com pessoas consideradas chave para entender de forma mais completa o processo de sua constituição.

De todo modo, há três dimensões de base na constituição desta organização e delas não se pode passar ao largo. A primeira é a própria guinada das lutas por direitos humanos no Brasil no fim dos anos setenta, quando acontece a reabertura política no Brasil. Depois, a maneira como estas lutas são atravessadas por forças progressistas no interior da igreja católica, impulsionadas pela teologia da libertação. Por fim, e certamente atravessando de ponta a ponta todas as demais dimensões, a presença intelectual e militante de Leonardo Boff, hoje presidente de honra da organização.

Não se trataria, então, de contar aqui uma história que não está contada; ao mesmo tempo, trata-se de fazer algo além do que já está feito. E o

começo disso pode ser o que a própria organização disponibiliza em seu *website*⁷ como sendo seu histórico:

Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis é uma organização não-governamental, fundada em 1979. Sua finalidade é realizar, apoiar, assessorar e orientar iniciativas que contribuam para a concretização dos Direitos Humanos em todas as sociedades do Planeta. Trabalhamos a partir dos eixos denúncia, defesa e formação para a cidadania. A educação é a base a partir de onde desenvolvemos nossos diversos programas.

Há 28 anos o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis ensaiava as suas primeiras experiências. Nasceu inspirado por um pequeno grupo de cristãos, em ações cotidianas, sem infraestrutura, mas reunindo o compromisso e a vontade de articular fé e compromisso social.

Nascemos em uma época de grande fecundidade dos Movimentos Populares no Brasil e na América Latina, como as centrais sindicais, central de movimentos populares, CEB's, entre outros. Embora o contexto fosse o da reabertura política e da afirmação dos direitos civis e políticos, o CDDH nasce com o lema "Servir à Vida" e se preocupa, desde os primórdios, com os excluídos sócio-econômicos. Mobiliza-se nas enchentes de Petrópolis e acompanha desabrigados, mobiliza-se também diante das famílias dos trabalhadores em greve, bem como no Serviço de Intercâmbio (nacional e internacional) como multiplicador de denúncias de pessoas vítimas de violência tanto no campo quanto nos centros urbanos. O Centro de Defesa foi crescendo, sempre consciente de não ser apenas uma instituição de denúncia, mas, sobretudo de assessoria e formação para a cidadania. Esteve presente na formação de vários grupos, dos movimentos sociais e associações diversas.

Os anos 90 chegaram, trazendo o desafio de desenvolver os nossos projetos a partir de dois eixos-paradigmas: a Ecologia, que nos inspira a repensar as nossas práticas e valores de forma alternativa, tendo em vista uma economia do suficiente e a superação do antropocentrismo (que coloca o ser humano no centro de toda a criação), através da compreensão de que, partindo dos direitos humanos, tudo o que existe tem direitos e necessita de defesa; a Cultura da Paz, que mais do que a ausência de guerra, desafia-nos a desenvolver metodologias que contribuam para a emergência de uma nova lógica includente, que se comprometa com o repensar da linguagem, com a promoção de práticas e reflexões que dialoguem com o diferente e a ambiguidade, e ensaiar, na prática cotidiana, formas outras de se resolver conflitos.

SERVIR À VIDA continua sendo o nosso maior lema. O CDDH não quer substituir a população, mas estar com ela na caminhada por uma vida melhor. Queremos VIDA PARA TODOS!

⁷ CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS. **História**. Disponível em: <<http://cddh.org.br/historia.html>>. Acesso em: 02/01/2013.

DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DOS POBRES

Do próprio texto da organização, destaco o seguinte período: *Embora o contexto fosse o da reabertura política e da afirmação dos direitos civis e políticos, o CDDH nasce com o lema "Servir à Vida" e se preocupa, desde os primórdios, com os excluídos socioeconômicos.* Destaco porque a palavra “embora” sempre chamou minha atenção nesta apresentação, por tratar-se de um tipo de palavra que exprime uma contradição. Que contradição poderia haver entre estarmos vivendo a reabertura política e a luta pela afirmação dos direitos civis e políticos e a preocupação com os excluídos socioeconômicos?

Em alguns dos encontros pedagógicos realizados pelo CDDH para formação política de seus funcionários, foi possível ouvir que, até fins dos anos 1970, as lutas por direitos humanos no Brasil eram voltadas para enfrentar os efeitos da violência promovida pela ditadura civil-militar, instaurada no país em 1964. Nesse sentido, as ações estavam focadas nas lutas pela manutenção da vida e pela liberdade e pela libertação dos militantes que eram alvo da repressão levada a cabo pela ditadura e seus agentes.

A essa ação focada e direcionada contra os efeitos da violência ditatorial sobre a militância, vinham sendo somadas as lutas por direitos humanos que progressivamente assumiam o caráter de uma luta contra a pobreza. As questões relacionadas ao racismo, à dizimação indígena, à concentração de renda, à fome e à miséria, à violência no campo e à violência urbana, mobilizaram a sociedade e alguns setores dentro da Igreja.

No interior desta surgiram dezenas de grupos de defesa dos direitos humanos, articulados com outros, de cunho autônomo, da sociedade civil. Juntos deram origem ao Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDH). Esses grupos têm trabalhado em conjunto com entidades e pastorais especiais, imbuídas do mesmo ideal, inserindo-se dentro do vasto movimento popular. E foi aí que começaram, a partir da reflexão sobre sua prática, a elaborar uma nova visão dos direitos humanos na perspectiva dos pobres, propiciando aos

próprios pobres serem eles mesmos o sujeito de sua própria luta pelos direitos a serem garantidos e defendidos. (MIRANDA, 1991, p.40-41)⁸

Reflexão semelhante havia ouvido pela primeira vez da própria Márcia Miranda, autora do texto acima, e um novo horizonte se abriu para mim. Em conversa recente com Leonardo Boff, o mesmo diria que as questões que mobilizaram a formação do CDDH de Petrópolis e do próprio MNDH foram duas: a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada no ano de 1979 em Puebla, no México e o elemento político da repressão da ditadura civil-militar.⁹

Assim, na perspectiva dos grupos que se articularam neste contexto, *os direitos humanos são as exigências básicas e não satisfeitas de um povo que tem um destino, e de cada um dos indivíduos desse povo. Os direitos humanos são prioritariamente os direitos dos pobres.* (BOFF, 1991, p.198)

Durante minha estadia e minhas andanças pelo estado do Rio de Janeiro, pude manter contato com grupos militantes dos direitos humanos que produziram reflexões fundamentais acerca desta transformação do caráter das lutas, demonstrando como a “ameaça comunista” demonizada durante a ditadura civil-militar foi paulatinamente redirecionada para a construção do mito das classes perigosas¹⁰.

Da mesma forma que se construíram perigosos “inimigos da Pátria” nos anos 60 e 70, em nosso país – e em muitos momentos da história da humanidade, foram sendo concebidos por diferentes equipamentos sociais os perniciosos, os indesejáveis [...] –, também hoje, principalmente via meios de comunicação de massa, estão sendo produzidos “novos inimigos internos do regime”: os segmentos mais pauperizados; todos aqueles que os “mantenedores da ordem”

⁸ MIRANDA, Márcia. Panorama do Brasil. In: BOFF, Leonardo et al. **Direitos humanos, direitos dos pobres**. São Paulo: Vozes, 1991.

⁹ Conversa com Leonardo Boff. Dezembro de 2012.

¹⁰ COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto: 2001.

consideram “suspeitos” e que devem, portanto, ser evitados e, mesmo, eliminados. (COIMBRA, 2001, p. 57-58)

Em São Paulo, por exemplo, estudo recém-publicado demonstrou que 93% das mortes ocorridas em supostos confrontos armados com a polícia militar ocorreram na periferia. A mesma pesquisa ainda verificou que 99,6% das vítimas são homens; 60% possuem entre 15 e 24 anos; 54% do total de mortos declaram-se negros ou pardos.¹¹

Já não estamos mais vivendo defronte à mesma paisagem, ao mesmo tempo em que estamos vivendo exatamente as mesmas questões. A leitura que fizeram, ainda em 1982, quando fundou-se o Movimento Nacional dos Direitos Humanos – não por acaso fundado na cidade de Petrópolis, em 1982, com a presença de Leonardo Boff, Márcia Miranda – de que a atuação do movimento deveria acontecer a partir do lugar ocupado pelo pobre, ou seja, *a causa dos pobres, sua existência sacrificada, sua luta, seus interesses por vida, trabalho, dignidade e prazer* (BOFF, 1986, p. 9)¹² faz-se atualíssima.

DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E PAZ AOS CENTROS DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

A dedicatória da reedição de *Igreja: carisma e poder*¹³ – livro pelo qual Boff foi submetido a processo doutrinário pela Congregação para a Doutrina da Fé (a Santa Inquisição dos dias de hoje) – dá o tom acerca dos caminhos trilhados pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH) em seus primórdios. Podemos ler:

¹¹ 93% das mortes cometidas por PMs de São Paulo ocorrem na periferia. **Spresso SP: o site de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.spressosp.com.br/2012/07/93-das-mortes-cometidas-por-pms-de-sao-paulo-ocorrem-na-periferia/>>. Acesso em: 15/01/2013.

¹² BOFF, Leonardo. **Do lugar do pobre**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

¹³ BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

Dedico este texto aos membros do grupo Justiça e Paz de Petrópolis. Tiveram que andar sozinhos e compreenderam que não basta que a Igreja exista. Ela precisa ser continuamente construída, não contra, mas apesar daqueles que a querem reduzir à antiga sinagoga. (BOFF, 1994)

Oficialmente, o CDDH foi fundado em 01 de novembro de 1979. Mas os movimentos que deram origem à organização são anteriores a essa data. Os relatos orais dão conta de que um grupo de pessoas ligadas às questões sociais e políticas da cidade reunia-se clandestinamente no porão de um seminário de frades franciscanos, os chamados *frades mineiros*, e nestas reuniões buscavam constituir estratégias para lidar com uma Igreja e uma cidade ultraconservadoras.

Nem todas estas pessoas eram católicas, nem todas elas sequer eram cristãs, tal como dá conta o histórico veiculado no site da instituição. Mesmo assim, o grupo estava alinhado às “Comissões Justiça e Paz” da Igreja católica, com antecedentes que podem ser localizados ainda em 1963, numa encíclica do Papa João XXIII; depois na Encíclica do Papa Paulo VI, de 1967, sobre o Desenvolvimento dos Povos; mas talvez o texto mais importante seja o da II Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM), realizada em Medellín entre Agosto e Setembro de 1968¹⁴.

Em Petrópolis, cada vez mais a Comissão Justiça e Paz passou a encontrar dificuldades para movimentar-se no interior da Igreja. Os membros da Comissão de Petrópolis, até mesmo a fim de diferenciar-se da face que vinha assumindo a Igreja naquele contexto e com vistas a marcar sua diferença em relação à temática dos direitos humanos, optam por cunhar seu novo nome: deixam de apresentar-se como Comissão Justiça e Paz de Petrópolis e passam a ser o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH): Grupo de Ação, Justiça e Paz de Petrópolis.

¹⁴ Fester, Antonio Carlos Ribeiro. **Justiça e Paz**: memórias da Comissão de São Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GRITO DA TERRA, GRITO DOS POBRES: A PRESENÇA DE LEONARDO BOFF

Mas nada disso teria nascido a partir do interior da Igreja, mas sim a partir de seu contato com o mundo. Se os documentos produzidos por papas, bispos, leigos, foram inspiradores de movimentos como estes que deram origem ao CDDH, os próprios documentos teriam sido inspirados não a partir do alto, como se tivessem caído dos céus. E, se pensarmos neste pedaço do mundo que era a América Latina dos anos 1960 - 1970, podemos vislumbrar grandes países espoliados e grandes massas de pobres entregues muito cedo à foice da morte.

Em fins dos anos 1960, o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez havia sido ordenado sacerdote e enviado a uma paróquia do bairro pobre de Rimac, em Lima, e lá defrontou-se com um problema que o atormentava: como dizer ao pobre que Deus o ama? Em 1971, Gutiérrez formularia parte desta resposta no livro que intitulou *Teologia da Libertação. Perspectivas*.¹⁵ Ao mesmo tempo, um outro teólogo formulava reflexões semelhantes no Brasil, publicadas em formato de artigos numa revista religiosa, a fim de driblar a ditadura civil-militar. O conjunto destas reflexões mais tarde seria publicado no formato de um livro, o *Jesus Cristo Libertador*, de Leonardo Boff.

No centro de suas publicações estava (estão) *o pobre concreto, suas opressões, a degradação de suas vidas e o padecimento sem conta que sofre*¹⁶. A racionalidade que atravessava toda esta teologia tomava o pobre não a partir daquilo que lhe falta (como o fizeram os grupos paternalistas e assistencialistas), não a partir daquilo que ele tem (como o fizeram os grupos que o tomaram como força de trabalho a ser incluída), mas sim como aqueles que têm força histórica para mudar o seu próprio tempo e o sistema que o faz pobre.

¹⁵ VALENTE, Gianni. Operação Gutiérrez. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505277-operacao-gutierrez>>. Acesso em: 04/01/2013.

¹⁶ BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>>. Acesso em: 04/01/2013

Assim, não se tratava de dizer ao pobre o que fazer, mas colocar-se junto e ao lado dele para fazê-lo.

Leonardo Boff não foi o fundador do CDDH – Gustavo Friaça, já falecido, seria o motor e aglutinador das pessoas em torno da organização –, mas seu pensamento e sua ação atravessaram a história da organização de outras maneiras. Nos primeiros tempos, Leonardo oferecia um seminário regular em Petrópolis para pessoas da própria cidade, do Rio de Janeiro, de Juiz de Fora/MG. Também assessorou por anos o próprio Movimento Nacional de Direitos Humanos, inclusive durante sua fundação, realizada em Petrópolis no ano de 1982. Uma das formas com que sua presença se faz sentir com mais intensidade no CDDH é no direcionamento dos projetos da organização.

Os primeiros aconteciam prioritariamente no interior das próprias comunidades, organizando junto das mesmas eleições para associações de moradores, traçando estratégias para ocupação de terrenos ociosos, intermediando processos de regulação fundiária. O Projeto Assessoria Jurídica, em atividade até os dias de hoje, continua atuando desta maneira.

Outros projetos passaram a ser realizados no interior da própria organização, como é o caso do próprio projeto Pão & Beleza. Este projeto é o que opera uma espécie de síntese deste princípio da teologia da libertação que confere centralidade ao pobre na leitura do evangelho.

Por fim, a organização também estaria implicada na realização de projetos voltados para as questões urgentes da ecologia, caminho assumido pelo pensamento de Leonardo a partir de seu entendimento de que seres humanos e planeta Terra são faces da mesma moeda da exploração e da devastação provadas pelo capitalismo. Projetos como Filhos da Terra, em que jovens da periferia de Petrópolis fazem artes plásticas com elementos da própria natureza estariam neste caminho.

MARCAS POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS

Linhas que se cruzam: os atendidos pelo projeto Pão & Beleza são, ao mesmo tempo, os pobres da teologia da libertação e alguns dos principais alvos das violações de direitos humanos no Brasil dos dias de hoje. A própria criação do projeto Pão & Beleza é uma expressão, dentre outras possíveis, do cruzamento destas linhas.

Agora será preciso avançar no sentido de dar visibilidade ao modo como estas expressões maiores se estenderam ao dia a dia do projeto, tanto no que diz respeito à sua ação política e aos conflitos que tomam palco na cidade em torno dos *ingovernáveis*, como também no que diz respeito à sua ação pedagógica, quando este histórico se atualiza no contado direto com estes moradores de rua.

Será importante, por fim, tentar mostrar o quanto a atuação da organização é marcada pelas proposições de Leonardo Boff. As ações políticas e pedagógicas são atravessadas, principalmente, pela concepção dos direitos humanos como direitos dos pobres, e pela perspectiva a partir da qual se deve orientar estas ações – a partir do lugar do pobre.

Assim, na segunda parte da dissertação buscaremos estender estas linhas, conectando-as com outras mais moleculares de nosso arquivo. Com estes traços, buscaremos também avançar em direção aos *ingovernáveis* como experiência e como pensamento.

PARTE II

ARQUIVANDO O PRÓPRIO EU

Imaginemos por um instante um lugar onde tivéssemos conservado todos os arquivos das nossas vidas, um local onde estivessem reunidos os rascunhos, os antetextos das nossas existências. Encontraríamos aí passagens de avião, tíquetes de metrô, listas de tarefas, notas de lavanderia, contracheques; encontraríamos também velhas fotos amarelecidas. No meio da confusão, descobriríamos cartas: correspondências administrativas e cartas apaixonadas dirigidas à bem-amada, misturadas com cartões postais escritos num canto de mesa longe de casa ou ainda com aquele telegrama urgente anunciando um nascimento. Entre a papelada, faríamos achados: poderia acontecer de esbarrarmos com nosso diário da adolescência ou ainda com algumas páginas manuscritas intituladas "Minhas lembranças de infância". (ARTIÈRES, 1998, p. 9)

As palavras acima constituem o primeiro parágrafo do texto de Philippe Artières, intitulado *Arquivar a própria vida*¹⁷. Delas não pude fugir, pois dizem de uma velha prática minha: arquivar. O quê? Um pouco de cada coisa descrita no parágrafo – e ainda além.

Desta prática de (em geral) arquivar coisas inúteis é que resultou o arquivamento de vinte cadernos de campo, produzidos durante os quatro anos de coordenação pedagógica no CDDH de Petrópolis. Lacunares, irregulares, de certo modo inúteis, este material é que mobilizo para produzir esta dissertação. Por que os arqueei, por que os guardei, como os utilizo?

Artières escreve que arquivamos nossas vidas para responder a uma injunção social, uma resposta ao mandamento *Arquivarás a própria vida!* É o que nos diferencia do homem perigoso, já que *o anormal é o sem papéis*. Não que o façamos [o arquivamento] de qualquer maneira. *Fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, colocamos em exergo certas passagens*. Mas também arquivamos numa *intenção autobiográfica*, no sentido de que *escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu* (ARTIÈRES, 1994, p.10-11).

¹⁷ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: Agosto/2012.

Ao analisar este meu pequeno arquivo vejo-me, antes de mais nada, respondendo também a este estranho mandamento, o de arquivar a própria vida, já que não registrei coisas nestes cadernos com fins de constituir um arquivo e transformá-lo em material para uma pesquisa. Inicialmente foram produzidos como instrumento: para lembrar do que se discutia em reuniões, para apoiar uma prática de estudos, para guardar matéria-prima para mais tarde escrever textos, documentos.

Sempre arquivamos nossas vidas em função de um futuro leitor autorizado ou não (nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas). Sempre? Não esperava que estes cadernos pudessem, de algum modo, tornarem-se públicos. Causava-me, inclusive, pavor que algumas de suas páginas pudessem ser lidas. Seria somente uma prática íntima? Dirá Artières que, mesmo íntima, está prática muitas vezes tem uma função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte (ARTIÈRES, 1998, p.11).

De certo modo, sinto-me em situação semelhante a Nougier, cujos arquivos são longamente analisados por Artières em seu texto. Nougier, um jovem ladrão, que em função do tédio que lhe causava a prisão havia decidido inaugurar um diário, passa a registrar sua vida de forma planejada, projetada e refletida após o pedido de um médico que lhe visitara. Enquanto seus diários são irregulares, rasurados, lacunares, a escritura que produz para o médico possui uma estrutura narrativa, um fio condutor, e não são vistos nestes textos erros ou rasuras de qualquer espécie.

Ao realizar a leitura dos textos que integram meus próprios cadernos vejo-me prestes a seguir os rastros deste jovem ladrão e produzir uma escrita que busca coerência, lucidez, quem sabe até mesmo algo extraordinário, em algo que originariamente não passava de instrumento, suporte, apoio.

Gostaria de proceder de outro modo. Embora premido pelo dever de produzir a dissertação e desse modo concluir um curso de pós-graduação, gostaria de proceder na organização desses arquivos por afecção. É o mundo tal como entendido por Spinoza, ou seja, de que maneira minha relação com o outro

(inclusive com as palavras) compõe o meu próprio corpo, quais relações são ou não convenientes, quais as noções comuns que vale conjugar. A afecção diz respeito, principalmente, aos efeitos que um corpo que afeta provoca sobre um corpo afetado¹⁸. Efeitos. Eis o que buscarei.

Ainda pensando com Artières. Ao final do texto, após realizar a análise dos arquivos de Nougier, Artières escreve que é possível ver nas práticas de arquivamento da vida restrição e circunscrição. Mas, para além disso, ele vê nestas práticas algo *formidavelmente produtivo*. *Enquanto alguns poderiam crer que essa prática participa de um processo de sujeição, ela provoca na realidade um processo notável de subjetivação*. O discurso que Nougier produziu seria um *dispositivo de resistência*. (ARTIÈRES, 1998, p.32)

ARQUIVOS

Ao reler este arquivo que produzi penso que os cadernos funcionaram como instantâneos de momentos de uma prática profissional, militante, educacional. Foram também algo mais, quando funcionaram como munição para combates e enfrentamentos de guerras e lutas que sobreviveram à minha pessoa.

Estão agrupados e numerados de 001 a 020, sendo que: 001 a 006 cobrem o ano 2007; 007 a 012 cobrem o ano 2008; 013 a 019 cobrem o ano 2009; e 020 cobre o ano 2010¹⁹.

Não proponho aqui interpretação ou análise dos cadernos, mas, tal como mencionei acima, trazê-los a público pelas vias da sensação e da afecção. Isso quer dizer reler tudo e todas as palavras *com as tripas* e trabalhar com aquilo

¹⁸ DELEUZE, Gilles. **Aula sobre Espinosa em 24/01/78**. Disponível em <<http://www.webdeleuze.com>>. Acesso em: 13/01/2013.

¹⁹ Houve a perda de um caderno importante, que cobriu um ano de experiência, entre o final de 2009 e final de 2010. Que pena!

que as violentou e forçou o pensamento. Pois, como disse Deleuze em algum lugar, *só se pensa quando se é forçado a pensar!*

Então, realizaremos esta escrita por Afecção: aqui haverá um clima, uma ambiência, diferente da primeira parte. Dobrando os arquivos dobra-se a si mesmo e se faz ciências humanas. Da sujeição à subjetivação. Em seu índice de conceitos fundamentais da obra de Spinoza, Deleuze dirá que a afecção (*affectio*) *remete ao estado do corpo afectado e implica a presença do corpo afectante.* (DELEUZE, 1970, p. 50)²⁰ É o momento de trabalhar a partir dos efeitos que esses pequenos corpos, esses cadernos, produzirão sobre meu corpo.

Este método de leitura tomou corpo pela primeira vez num exercício acadêmico, quando produzi um texto para uma disciplina do programa de pós-graduação em educação da UFSCar. Um texto escrito em apenas um dia, uma semana após a morte de uma pessoa crucial para a minha vida. Para escrevê-lo, havia realizado a leitura de todo meu arquivo. Quanto mais eu lia, menos eu encontrava a pedagogia do cuidado ou o próprio termo cuidado, descobrindo um tema relativamente novo para mim: “governo”.

Ao chegar ao final de todos os cadernos, havia compreendido que poderia organizá-los em cinco categorias.

O material escrito é abundante e considera-se delimitar a pesquisa somente nele. São apenas 20, constituindo algumas centenas de páginas. Todos os meses, de 2007 a 2010, estão registrados. E podem-se reunir estes enunciados em cinco grandes grupos: anotações autobiográficas; anotações do cotidiano dos projetos e da organização; anotações bibliográficas, incluindo estudos, palestras, etc.; anotações do relacionamento externo entre a organização e seus financiadores; anotações referentes à ação política da organização.

Biografia. Instituição. Bibliografia. Cooperação. Política. Cinco categorias. Talvez a própria estrutura da dissertação. Mas uma surpresa surgiria, ainda neste mesmo texto: o ponto fulcral da pesquisa, os *ingovernáveis*.

²⁰ DELEUZE, Gilles. **Espinoza e os signos**. Porto: Rés Editora, Lda., 1970.

A questão não surgiria como uma invenção do tipo transcendental. A análise dos cadernos de campo levou-me inicialmente a propor uma análise do cuidado em um campo híbrido, formado pela intersecção entre o social e o educacional. O nome *ingovernáveis* surgiria somente no penúltimo parágrafo do texto, quando eu descrevia o funcionamento de uma rede intersetorial de instituições que atendem moradores de rua.

Eu escreveria: “Vale destacar: a grande questão que pauta os debates desta rede diz respeito a como lidar com os *ingovernáveis*, ou seja, aqueles que concebem um modo próprio de organizar sua existência e recusam as ofertas de uma vida fora das ruas²¹.”

Após esta atividade da pós-graduação a ideia de lidar com os *ingovernáveis* tornou-se muito atraente e foi para ela que direcionamos todos os nossos esforços.

As pessoas atendidas pelo projeto que levaram ao nome *ingovernáveis* estão nos cadernos de campo de ponta a ponta e atravessam todas as categorias que criamos a partir de nossas leituras. Na questão autobiográfica os *ingovernáveis* nos faziam desesperar, sentir culpa, nos questionar sobre o nosso próprio modo de vida. Na questão institucional eram eles que nos faziam sofrer alterações diárias em tudo o que era projetado, planejado, pactuado, tornado consenso. Na questão bibliográfica a pergunta permanente era: devo me esforçar para torná-los um de nós se eu quero me tornar um deles? Na relação de cooperação com financiadores, parceiros, etc., sustentar a tensão quanto a essas pessoas que tinham um modo singular de estar no mundo, considerando que os resultados quase nunca eram alcançados. E, quanto à política na cidade, a participação da organização e do projeto numa rede que envolvia vários setores e várias organizações que atendiam a população em situação de rua – a participação era sempre tensa quando os nomes e as práticas destes que chamamos *ingovernáveis* surgiam.

²¹ MACHADO, Silvio Ricardo Munari. **Pedagogia do Cuidado: um estudo sobre a dimensão ética e biopolítica do projeto pedagógico do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (RJ)**. São Carlos: UFSCar/PPGE. 9 p.

PRIVATIZAÇÃO DO COMUM

Penso que este atravessamento nos cadernos pode ser sentido com mais intensidade nos registros realizados por conta de uma Audiência Pública convocada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em função de denúncia apresentada por moradores de uma das principais ruas da cidade de Petrópolis.

Às vésperas da audiência um dos jornais impressos da cidade de Petrópolis, a *Tribuna de Petrópolis*, divulgaria a seguinte nota²²:

Abandono da Vila Macedo é tema de audiência pública

O Ministério Público Estadual convocou para uma audiência pública, no dia 2 de abril, no Centro de Cultura. O objetivo foi analisar o problema e encontrar soluções para moradores de rua e usuários de drogas que perambulam pela Rua Marechal Deodoro e, principalmente, pela Vila Macedo, no Centro, e também o destino do terreno onde funcionava o antigo Sandu²³ também deve ser abordado.

A convocação, da promotora Vanessa Kaaps, responsável pela 2º Promotoria de Justiça e Tutela Coletiva de Petrópolis, foi feita com base em denúncia de moradores e comerciantes da região, que assinaram um abaixo-assinado pedindo providências. Mais de 600 assinaturas, entre elas a de médicos, dentistas, advogados e empresários de diferentes ramos, foram entregues no Ministério Público Estadual.

Além do abaixo-assinado, os moradores elaboraram um dossiê contendo fotos e vídeos de mais ou menos dez pessoas que viviam por ali: trabalhavam como flanelinhas (estacionando, guardando e lavando carros), realizavam pequenos furtos, “cheiravam” cola de sapateiro, jogavam cartas, tomavam bebida alcoólica, dormiam sobre caixas de papelão, faziam sexo.

²² ABANDONO da Vila Macedo é tema de audiência pública. **Portal Dados Municipais**.

Disponível em:

<<http://www.dadosmunicipais.org.br/index.php?pg=exibemateria&secao=7&subsecao=21&id=871&uid=>>>. Acesso em: 23/12/2012.

²³ O extinto SANDU foi um sistema de assistência médica do também extinto INAMPS.

Após a Audiência Pública, o síndico de um dos edifícios da área disse ao mesmo jornal: “A reunião foi excelente, tivemos a participação de várias autoridades. Tratamos das questões primordiais: as pessoas que ficam por ali (drogados e moradores de rua), o trânsito, o abandono do terreno e a proliferação de ratos e pombos²⁴”.

A rua onde estas pessoas dormiam era uma espécie de beco. Ficava entre os fundos de um supermercado e a frente de um grande terreno baldio, pertencente ao governo federal. Era mal iluminada, sem trânsito e, após o término do horário comercial, tornava-se um espaço adequado para o carteado das ruas e tudo o que lhe fosse associado.

De um lado, seres inanimados: terreno abandonado, trânsito problemático. De outro, seres vivos: moradores de rua, ratos, pombos. Difícil seria não lembrar das imagens veiculadas pela propaganda nazista no “documentário” *O eterno judeu*, que associa de forma grotesca as imagens de ratos e de pessoas vivendo nos guetos.

A comparação, infelizmente, não é esdrúxula nem totalmente deslocada. A audiência pública deveria tratar de três assuntos em simultaneidade: o terreno abandonado, o trânsito, os moradores de rua. Não tratou.

²⁴ AUDIÊNCIA traz esperanças para a Vila Macedo. **Portal Dados** Municipais. Disponível em: <<http://www.dadosmunicipais.org.br/index.php?pg=exibemateria&secao=2&subsecao=9&id=897&uid=>>>. Acesso em: 23/12/2012.

Transcorrida mais da metade da Audiência, realizei uma intervenção que está anotada em um de meus cadernos e que cobria três pontos da questão.



Figura 1 Caderno 014 (2009): “3 pontos: 1º a questão é múltipla: terreno, trânsito, mas está centrado na população de rua; 2º em 2007: CDDH – instituição da sociedade civil tomou iniciativa, questão política negligenciada, articular; 3º criminalização da pobreza: do desemprego, da pobreza complexa e extrema e com relação ao terreno[?]”

Esta intervenção foi seguida de falas de outras instituições que realizavam trabalhos em torno da população em situação de rua que habitava o município. Também de falas indignadas de alguns moradores e comerciantes da região, os quais diziam que defendíamos os moradores de rua porque eles não estavam em nossas portas. E esta foi a toada até o final do evento.

A constante orientação da Audiência Pública para os moradores de rua e suas condutas, deixando para segundo plano as condições que transformavam aquele espaço em um local muito adequado para este tipo de ocupação urbana, deixava claro que se tratava prioritariamente de uma questão de propriedade. Quem poderia de fato ocupar aquele espaço? Quais práticas eram ou não permitidas naquele local? Como proceder com aqueles que encontraram ali um local para viver suas vidas? Para mim não havia dúvidas: tratava-se do sequestro do comum.

Numa entrevista concedida em 2009, impressa e grampeada no caderno 015, Michael Hardt assim definia o comum:

é a Terra e tudo o que pertence a ela – terra, água, ar, florestas e assim por diante. Por outro lado, o comum é o resultado do trabalho humano que dividimos, como ideias, imagens, conhecimento, linguagens, códigos e afetos. Parte do desafio apresentado pelo conceito de comum é relacionar esses dois domínios comuns. Se deve chamar o primeiro de comum natural e o segundo de comum artificial, mas a divisão entre o natural e o artificial rapidamente se desfaz. Um fator importante que une esses dois domínios é que devemos dividir o comum com livre acesso a ele para que sobreviva e seja produtivo. Os dois domínios são muito diferentes, principalmente pelo fato de que o comum "natural" é limitado, enquanto que o comum "artificial" é reprodutível. (HARDT, 2009)²⁵

E como se produz o comum? Antonio Negri diria em uma aula que dois elementos estão sempre presentes na construção do comum: a força da pobreza e o amor. Não apenas a pobreza como simplesmente indigência física e material, uma simples condição de privação, mas sim aquela por meio da qual as pessoas desenvolvem relações e cooperam para superar faltas e privações. Sozinha ela não pode produzir o comum, mas pode fazê-lo a partir do amor. O comum como ação do amor a partir da pobreza²⁶.

Não posso afirmar que nada disso interessava à maioria das pessoas presentes na ocasião. Contudo, onde víamos potência, as pessoas viam a falta em seu estado absoluto.

O encaminhamento final foi o seguinte: constituiu-se uma comissão, formada por representantes da Prefeitura Municipal, das instituições da sociedade civil, dos moradores, além da representação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e da Companhia Petropolitana de Transportes (CP-Trans). Sob coordenação do Ministério Público, tal comissão deveria elaborar um plano de

²⁵ HARDT, Michael. Crise abre espaço para a política do comum. **IHU Online**. Rio Grande do Sul, n. 287, Ano IX. 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2441&secao=287>. Acesso em: 15/01/2012.

²⁶ NEGRI, Antonio. La fábrica de porcelana. Barcelona: Ediciones Paidós América S.A., 2008.

trabalho para encaminhar as questões em três aspectos: destino do terreno, reordenação do trânsito, atendimento social aos moradores de rua.

A comissão foi efetivamente formada e desde 30 de Abril de 2009 registramos os seus primeiros encontros. Faria eco a uma movimentação que realizávamos na mesma época: uma série de encontros com diversas instituições que cuidavam da população em situação de rua no município e que buscavam definir as linhas de uma política municipal de atendimento. As diretrizes do trabalho a ser realizado pela comissão seriam as mesmas discutidas por este coletivo. Vejamos:



Figura 2 Caderno 014 (2009) "Abordagem de rua: sensibilizar, coleta de dados; Socio-Educativo: oficinas, atividades culturais; Psico-Social: família, dep. química, saúde mental; Geração de Trabalho e Renda: profissionalização, emprego."

Essas quatro abordagens seriam realizadas pelo CDDH, via equipe do projeto Pão & Beleza, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e representantes de moradores dos prédios residenciais e dos comerciantes da Vila Macedo. O trabalho nas ruas seria feito por todos, incluindo os moradores dos prédios e comerciantes. O trabalho "SocioEducativo" seria feito pelo CDDH, nas dependências do abrigo municipal para a população em situação de rua. O trabalho "psico-social" seria feito pela equipe da própria Secretaria, enquanto o trabalho de "Geração de Trabalho e Renda" seria realizado por uma outra instituição, não definida pela Prefeitura até aquele momento.

Seria maravilhoso relatar que os trabalhos realizados pela comissão transcorreram de forma harmoniosa. Desde o início a metodologia pactuada foi apenas parcialmente implementada, realizando-se tão somente os trabalhos de abordagem de rua e psicossocial. A introdução do primeiro e único relatório elaborado pela comissão demonstra de que modo o planejamento foi operacionalizado²⁷:

Os trabalhos realizados junto a população em situação de rua no Brasil vem ganhando contornos cada vez mais definidos. Em 2007, por exemplo, o Governo Federal publicou o resultado da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua; um ano depois, em 2008, é tornado público o documento Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua; documentos retomados em 2009, quando o Governo Federal promove o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua.

No que diz respeito a nossa realidade local, o qual forneceu presente relatório tem o objetivo de descrever as atividades realizadas junto à população em situação de rua que se encontra nas imediações da Vila Macedo. Tais ações vêm sendo desenvolvidas por uma comissão, definida em reunião intersetorial realizada na SETRAC, composta por representantes dos moradores/trabalhadores da Vila Macedo, da SETRAC e do CDDH.

Ao longo do relatório estão registradas as ações realizadas e os encaminhamentos decorrentes das mesmas. Entendemos ser importante atender os moradores conforme seu grau de relação. Por exemplo, Fábio e William Gomes Pereira, sendo irmãos, foram atendidos em conjunta, assim como Marcos Vinícius e Débora (Francilea).

Ressaltamos, ainda, que as ações buscam ser estendidas até as famílias dos moradores em situação de rua. Em virtude de já conhecermos parte do histórico de cada um dos atendidos, consideramos as questões familiares como uma das condicionantes para que os mesmos possam deixar a vida nas ruas.

Para além das questões familiares, estamos também lidando com a exclusão socioeconômica dos indivíduos e suas famílias; a dependência química dos indivíduos e suas consequências para a relação familiar, trabalhista, e a própria saúde (física e mental) de cada um dos moradores.

²⁷ RELATÓRIO de acompanhamento do grupo de moradores em situação de rua da Vila Macedo. Petrópolis, 2009, 6 p.

Por motivos que, penso, não cabe julgar, havia uma paisagem conceitual completamente diversa em jogo entre os grupos que compuseram tal comissão. Tal paisagem pode ser vislumbrada por uma frase retirada do mesmo caderno de campo, anotada em reunião com representante do Ministério do Desenvolvimento Social a respeito das ações que vinham sendo pensadas junto a catadores de material reciclável.

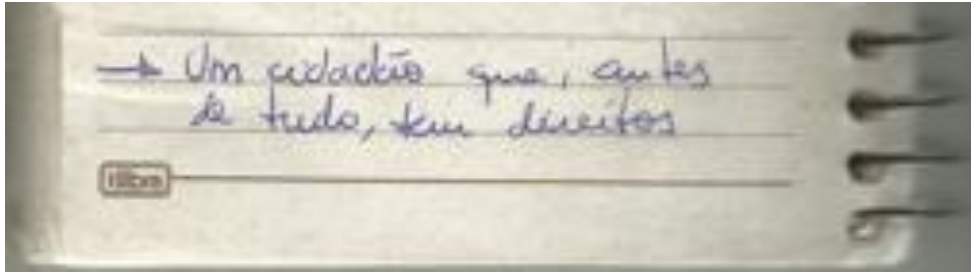


Figura 3 Caderno 014 (2009). “Um cidadão que, antes de tudo, tem direitos”

Nenhuma daquelas pessoas, pensávamos enquanto projeto Pão & Beleza, eram vagabundas, drogadas e ladras. Eram antes cidadãos com direitos. E, embora não fosse um privilégio de nossa equipe operar a partir deste lugar, os outros membros da comissão tinham outras prioridades, já que o poder público lidava com as pressões da sociedade local e os moradores/comerciantes dos prédios ao redor conviviam cotidianamente com aquela situação que parecia imutável.

Tratando da questão das internações compulsórias na cidade de São Paulo, Antonio Lancetti diria em entrevista algo semelhante, ancorando seu discurso nos anos de trabalho clínico e na própria passagem do tempo em relação à Reforma Psiquiátrica:

O que aprendemos nesses anos de Reforma Psiquiátrica é que a clínica tem que ser pautada pelo conceito do direito. Você olha para uma pessoa e você não fala assim: “esse aqui é um esquizofrênico, esse aqui é um drogado”. Você olha para ela e fala assim: “esse aí é um cidadão”.

Embora ainda ele não esteja capacitado para exercer seus direitos, e muito menos seus deveres. (LANCETTI, 2011)²⁸

Assim, lidando com urgências e prioridades diferentes, a questão de permanecer ou não nas ruas tornou-se motivo de intenso conflito durante o trabalho da comissão. De um lado, a representação dos moradores sendo pressionada e pressionando ao mesmo tempo; de outro, o poder público com sua burocracia interminável, atravancando os processos; entre ambos um acordo tácito que se foi firmando: “se essas pessoas não deixarem o local... a questão passará a ser policial”.

Em artigo recente, a respeito da decisão do governo do Estado de São Paulo de promover a internação compulsória de dependentes químicos, Lancetti demonstra o quanto estas práticas trazem para o presente dispositivos arcaicos para lidar com as questões referentes àqueles que usam as ruas.

As cracolândias são os manicômios pós-modernos e os craqueiros, os loucos do século XXI. E estão aí, nas regiões degradadas das cidades para mostrar nosso fracasso, nossa miséria existencial consumista. O modo como vamos enfrentar a questão expressará nossa sabedoria e ética. (LANCETTI, 2013)²⁹

Foram cinco meses.

A última anotação nos diários de campo é de 21 de setembro de 2009, quando ainda estavam em pauta quase todos os mesmos moradores de rua em questão.

Entre esses meses ocorreram aproximações e reaproximações entre eles e seus familiares; internações em clínicas de recuperação e saída das

²⁸ LANCETTI, Antonio. Entrevista ao vereador Ítalo Cardoso. **Programa Sala de Visitas**. 2011. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=ewvEr1iamRE>>. Acesso em: 05/01/2013.

²⁹ LANCETTI, Antonio. Os riscos ocultos do crack. **Revista Brasileiros**, edição 49, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/edicoes/49/textos/1664/>>. Acesso em 05/01/2013.

clínicas; migração para outros espaços da cidade; gente que saía da rua e gente que retornava. O interessante é que estas pessoas aderiram às propostas elaboradas pela Comissão. Suas famílias colaboraram, mudaram suas crenças em relação a estes moradores de rua e estes em relação a si mesmos.

Fato é que o espaço voltou a ser ocupado pelo grupo. Algumas vezes o grupo todo. Outras vezes apenas um ou outro “morador”. Bastava arrefecer com os atendimentos e lá estavam eles outra vez no espaço.

PAIXÕES TRISTES

Havia, certamente, muita frustração. Penso que para todos os envolvidos: poder público, moradores dos prédios, moradores das ruas, “pessoal dos direitos humanos”. Era de fato uma guerra, uma guerra composta de batalhas, as quais eram em geral perdidas.

Ao final de meu primeiro mês de trabalho à frente do projeto Pão & Beleza eu escreveria:



Figura 4 Caderno 002 (2007). "03/04/07. Faz um mês que estou participando do Projeto e, neste mês, sinto que pouca coisa, ou mesmo nada, foi feito. É necessário que eu trabalhe melhor este sentimento, no sentido mesmo de modificá-lo."

Possivelmente um afeto produzido por algo mais do que a não consecução de um objetivo. A distância, a saudade, a solidão. Além da própria dureza de ver dia-a-dia o intolerável: homens e mulheres cotidianamente dispensando algumas horas de seu dia em um local onde lhes era permitido

realizar coisas elementares, que todos realizamos em nossos próprios lares: usar um vaso sanitário, tomar um banho, fazer uma refeição.

Lembrava-me frequentemente de Allen Ginsberg e seu *Uivo para Carl Solomon*:

Eu vi os expoentes de minha geração destruídos pela loucura, morrendo de fome, histéricos, nus, arrastando-se pelas ruas do bairro negro de madrugada em busca de uma dose violenta de qualquer coisa, “hipsters” com cabeça de anjo ansiando pelo antigo contato celestial com o dínamo estrelado da maquinaria da noite, que pobres, esfarrapados e olheiras fundas, viajaram fumando sentados na sobrenatural escuridão dos miseráveis apartamentos sem água quente, flutuando sobre os tetos das cidades, contemplando jazz, [...] (GINSBERG, 1984, p.41)³⁰

Não eram os expoentes de minha geração, embora alguns certamente fossem. Não eram exatamente *hipsters*, embora alguns fossem artesãos de rua e de estrada. Não eram os *junkies* pobres dos míticos bairros pobres dos Estados Unidos, embora muitos fossem dependentes químicos. Não viajavam ouvindo jazz, mas certamente arrastavam os pés em forrós clandestinos aos finais de semana.

Essas sensações de fracasso eram, de fato, despotencializações quase absolutas de nossas potências de agir. Diante, por exemplo, da realidade da morte, quase sempre uma pessoa da equipe sentia-se culpada e realizava uma severa autocrítica buscando encontrar as faltas em suas ações que contribuíram para que mais uma vida fosse perdida.

Cada derrota nos atingia como o sol atingia a cera (que faz velas, por exemplo) e a argila. Derrete aquela, endurece esta. Uma combinação mortal, dirá Deleuze. Pois os corpos nada mais são do que relações entre corpos e todas as vezes que desconhecemos os efeitos que um corpo, uma vez misturado ao nosso, é capaz de provocar, somos passíveis de morrer.

³⁰ GINSBERG, Allen. **Uivo, Kaddish e outros poemas**. Porto Alegre: L&PM, 1984.

Em outro nível de relações, Deleuze também diria que não se trata de misturas, mas daquilo que nos convém e daquilo que não nos convém. A relação entre o corpo do arsênico e a do corpo humano, por exemplo:

se eu soubesse o bastante sobre a relação característica do corpo chamado arsênico e sobre a relação característica do corpo humano, eu poderia formar uma noção a respeito do que faz com que essas duas relações não convenham entre si, chegando o arsênico, sob sua relação característica, a destruir a relação característica do meu corpo: eu sou envenenado, eu morro. (DELEUZE, 1978)³¹

Assim, o corpo chamado arsênico é absolutamente desfavorável às relações intrínsecas ao corpo humano. Somente o corpo-arsênico pode extrair alegria desta relação, somente para ele esta relação é favorável, somente a potência de vida dele é aumentada. O corpo humano é afetado de tristeza, a relação lhe é desfavorável, ele fica absolutamente afastado de sua potência de vida.

Não há nada na tristeza para nós e todas as vezes que somos afetados de tristeza morremos um pouco. Por isso é importante chegar a um outro nível, que é o nível das noções comuns, ou seja, conhecer o que é comum ao meu corpo e aos demais corpos. Conhecendo isso podemos ser ativos na produção de nossos afetos, de nossa alegria ou de nossa tristeza, na proximidade ou distanciamento de nossa potência de agir.

O desafio, então, é antecipar-se ao contato com estes outros corpos. No caso dos contatos com os poderes, então, o desafio pode ser definidor de uma série de questões, já que os poderes tem necessidade de que seus súditos sejam tristes, passivos em seus jogos e meros espectadores de suas estratégias. E não se trata de teoria. É mesmo uma filosofia prática³².

³¹ DELEUZE, Gilles. **Aula sobre Espinosa em 24/01/78**. *Op. cit.*

³² DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. Escuta, 2002.

ANDRÉ

Um exemplo. Em 19 de setembro de 2009 foi assassinado um rapaz chamado André. O crime foi macabro. Seu corpo foi encontrado no cemitério municipal, com o crânio esmagado por uma cruz, a qual fora arrancada de uma das sepulturas. Duas pessoas da equipe reconheceram seu corpo no IML. A Prefeitura Municipal providenciou o sepultamento.

André tinha cerca de 23 anos de idade. “Cerca de” pois nunca havia sido registrado. Sabia o nome de sua mãe, sabia o nome de seu pai, fora criado por uma pessoa que chamava de sua avó. Passou a infância entre as ruas e a casa desta pessoa. Seu pai era um temido matador de um dos morros considerados perigosos em Petrópolis. Sua mãe, não se sabe.

Nas ruas era conhecido como *Lápis*. Talvez por ser magro, negro, alto, andar sempre de cabeça raspada. Nunca perguntei. Mas passávamos várias horas por dia sentados em uma sala, à espera do almoço, enquanto André fazia peças de artesanato para vender. Entrávamos com a matéria-prima e ele com a mão-de-obra. O dinheiro das vendas era todo seu.

Ainda hoje me sinto entristecido pela história. André foi a primeira pessoa que atendi como profissional da organização. Havia cumprido pena em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro e pleiteava sua reinserção no projeto Pão & Beleza. Estávamos então em 2007 e os coordenadores gerais da organização pensaram em dificultar tal reinserção, em função de André desestabilizar todo o espaço em questão de segundos.

O projeto acompanhou André durante quatro anos. Muitos encontros se produziram, mas deste terrível encontro com a morte uma das pessoas de nossa equipe jamais se recuperou. Fora de tal maneira afetada que durante meses não pode realizar atividades com outros moradores de rua. Sequer podia dormir, visualizando o rosto do jovem rapaz sempre que fechava os olhos.

Esta pessoa temia “cometer um novo erro”, pois acreditava ter tido muita responsabilidade para com a morte de André. Dentre todas as questões que ela enumerava para sustentar essa crença, uma delas não me parecia despropositada na ocasião e, ao longo deste tempo de afastamento, ganhou apenas mais força.

ANIMAL ARISCO...

De fato, pouco antes de sua morte, André havia retornado de um longo período encarcerado no presídio de Bangu/RJ. Chegou a Petrópolis e sua primeira parada foi no CDDH. Sustentava um discurso comum a muitos egressos: “encontrei uma religião, deixei as drogas e quero mudar de vida”. Entre este dia e o dia de sua morte pouco mais de um mês havia transcorrido e André já havia entrado e saído do abrigo municipal para população de rua, bem como de outros espaços mantidos por igrejas. Em todos os espaços André havia “causado problemas”.

André oscilava do céu ao inferno e além em vários momentos do dia, embora mantivesse o propósito da mudança. E uma das mudanças que fizera durante este período foi livrar-se de sua arma de fogo, coisa que a pessoa de nossa equipe compreendeu ter sido somente responsabilidade dela, quando realizou atividades educativas que o haviam “domesticado”.

Embora discorde radicalmente desta conclusão, o argumento como um todo pareceu-me deste então crucial para pensar qualquer tipo de trabalho realizado no interior disto que se chama “o” social. Tal como colocado em um de meus cadernos, durante a leitura de um texto definitivo de Deleuze³³ sobre o tema:

³³ DELEUZE, Gilles. A ascensão do social. Prefácio. In: DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

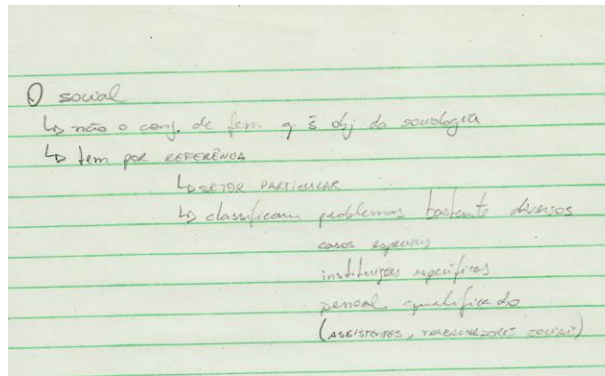


Figura 5 Caderno 004 (2007) O social: não o conjunto de fenômenos que são objeto da sociologia. Tem por referência: setor particular, classificam problemas bastante diversos (casos especiais, instituições específicas, pessoal qualificado - assistentes sociais, trabalhadores sociais).

De fato, também lidávamos com questões que Deleuze descreve neste mesmo texto, inclusive com profissionais semelhantes:

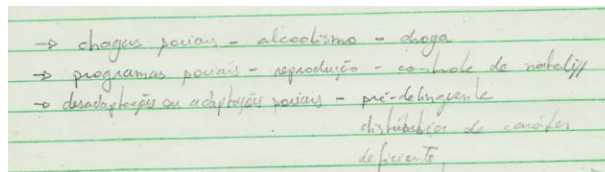


Figura 6 Caderno 001 (2007) Chagas sociais - alcoolismo - droga. Programas sociais: reprodução, controle de natalidade. Desadaptações ou adaptações sociais: pré-delinquente, distúrbios de caráter, deficiente, diversos tipos de promoção"

Mas o que é "o" social? Lazzarato³⁴, analisando as lutas dos trabalhadores intermitentes na França a partir de dois seminários de Michel Foucault, define o social como um modo de governo que é introduzido quando a relação entre a economia capitalista e a política se torna problemática. (Lazzarato, 2011, p.16).

Suas origens remontam ao século XVIII e tem dois personagens: de um lado o homem econômico e, de outro, o sujeito de direitos. Este último possui direitos, enquanto que o primeiro possui interesses. Mas as figuras não se

³⁴ LAZARATTO, Maurizio. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

sobrepõem: o sujeito de direitos integra-se à comunidade dos sujeitos de direitos por meio de uma dialética de renúncia, enquanto o homem econômico integra-se ao conjunto econômico por meio de seus interesses – aos quais não renuncia. (Idem, p. 16-17)

Como conciliar tal heterogeneidade? Cria-se um conjunto que engloba, que combina uns e outros, e que permite à governamentalidade manter seu caráter global, sem que as artes de governar economicamente e juridicamente sejam separadas. Esse conjunto é que se chama “sociedade civil”, “sociedade”, “social”. É sobre esta sociedade, produto desta interface, que o liberalismo governa. (Idem, p.17)

Robert Castel, por fim, sintetizará este processo da seguinte maneira:

Esse hiato entre a organização política e o sistema econômico permite marcar, pela primeira vez com clareza, o lugar do social: desdobrar-se nesse entremeio (entre-*deux*), restaurar ou estabelecer ligações que não obedeçam nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. O social consiste em sistemas de regulações não mercantis instituídos para tentar tapar essa fenda. (CASTEL, 1998, p. 19, apud NEVES, 2004, 17)³⁵

Mas são as maneiras de operar neste hiato que podem nos dar pistas sobre os processos vivenciados pelo projeto. Pois não tínhamos dúvidas de que não queríamos realizar tão somente um *governo das desigualdades*, tal como Lazzarato intitulou seu livro. Não queríamos – mas... não realizávamos?

³⁵ SILVA, Rosane Neves. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**; 16 (2): 12-19; maio/ago.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a03v16n2.pdf>. Acesso em: 15/01/2013.

... DOMESTICADO ESQUECE O RISCO

E se a perspectiva de ação neste lugar denominado “o” social é o controle das desigualdades; ainda que os cálculos e planejamentos tenham sido realizados sob o signo deste controle; que moradores, comerciantes, ONGs, poderes públicos tenham interpenetrado suas ações ao máximo; as vidas que nomeamos *ingovernáveis* insistiram em arriscar-se pela urbe, desafiando o “bem” que, de forma abundante, lhes era oferecido.

Nesta segunda parte buscamos tornar visíveis alguns encontros que mantivemos com estes *ingovernáveis*. Indubitavelmente há uma força que nos atrai nestas vidas, uma paixão. Mas temos tentado ouvir Deleuze e Foucault: *compartilho do horror de Michel por aqueles que se dizem marginais: acho cada vez menos suportável o romantismo da loucura, da delinquência, da perversão, da droga* (DELEUZE, 1996, p. 21)³⁶.

Assim, desejamos fugir tanto da romantização quanto da análise de suas vidas e pensar o que há se singular neste modo de relacionar-se com os poderes constituídos. O que dá a pensar estas vidas que, como num piscar de olhos, submetem-se e escapam à ingerência sobre suas vidas? Qual é o ponto que estabelece uma ruptura entre recusar o governo dos outros e afirmar o governo de si? O que está implicado nesta decisão?

A terceira parte de nosso trabalho buscará habitar o espaço colocado por estas questões e deslocar a potência dos *ingovernáveis* para o plano do conhecimento. Não tentaremos compor algo *sobre* os *ingovernáveis*, mas *a partir* deles. E, no limite, pensar acerca de nossa própria relação com as formas de controle sobre nossas vidas no contemporâneo.

³⁶ DELEUZE, Gilles. Desejo e prazer: carta de Deleuze a Foucault. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, número especial, p. 13-25, jun. 1996.

Parte III

DO AFETO AO PENSAMENTO

Uma filosofia é uma espécie de sintetizador de conceitos, criar um conceito não é uma questão de ideologia. Um conceito é um bicho.

Gilles Deleuze

A partir dos encontros com estas pessoas e com seus modos de vida, em situações tão diversas quanto as descritas na Parte II deste trabalho, chegou-se a um nome: *ingovernáveis*. Ao nomeá-las deste modo assumimos também o desafio de pensar sem que haja um conceito de ingovernáveis, que possa nos servir como pedra de toque, como referência. A referência é o próprio conceito de governo. Teremos que pensar o governo ao avesso. E é chegado o momento de nos determos neste ato de pensamento.

Mas nesta dissertação não queremos analisar as vidas dessas pessoas. Talvez já tenhamos lançado luzes demais sobre elas e sobre suas formas de resistir... Lembranças de Foucault e daquilo que escreveu acerca das vidas de homens infames.

Para que alguma coisa delas [das vidas infames] chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas

parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele. (FOUCAULT, 2010, p. 207-208)³⁷

Estamos tentando pensar *a partir* destas vidas infames. Elas e seus ilustres personagens são inspiradores deste estudo. Afetaram meu corpo de tal modo que já não podia pensar minha própria vida cotidiana, quer fosse em casa, no trabalho ou na academia sem tê-los em conta. Assim, aqui se está sendo forçado a pensar e *só se pensa porque se é forçado*, como escreveu Deleuze. E *o que ele quer dizer com isso? O que é que nos força a pensar?*, pergunta Suely Rolnik (1996)³⁸ a partir desta afirmação.

O que nos força é o mal-estar que nos invade quando forças do ambiente em que vivemos e que são a própria consistência de nossa subjetividade, formam novas combinações, promovendo diferenças de estado sensível em relação aos estados que conhecíamos e nos quais nos situávamos. Neste momento é como se estivéssemos fora de foco e reconquistar um foco, exige de nós o esforço de constituir uma nova figura. É aqui que entra o trabalho do pensamento: com ele fazemos a travessia destes estados sensíveis que embora reais são invisíveis e indizíveis, para o visível e o dizível. O pensamento, neste sentido, está a serviço da vida em sua potência criadora. (ROLNIK, 1996, p. 245)

E isso diz tanto do processo de produção desta dissertação! Não desejo, nem de longe, querer colocar palavras nas bocas destes homens e mulheres com quem convivi, na realização de um trabalho-militante, durante aproximadamente quatro anos. Seus modos de vida falam por si próprios.

No que me diz respeito, tenho buscado fazer composições nesta dissertação, e assim encontrar outras referências que possam potencializar os afetos e os efeitos destes afetos. Talvez por isso o caráter processual do trabalho esteja também no primeiro plano da escrita. Trata-se de encontrar aliados para a

³⁷ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: Manoel de Barros da Motta (org.). **Estratégia, Poder-Saber**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 203-222. (Coleção Ditos & Escritos Volume, 4)

³⁸ ROLNIK, Suely. Despedir-se do absoluto. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, número especial, p. 244-256, jun. 1996.

travessia destes estados sensíveis que embora reais são invisíveis e indizíveis, para o visível e o dizível.

Quando é este o trabalho do pensamento, o que vem primeiro é a capacidade de nos deixar afetar pelas forças de nosso tempo e de suportar o estranhamento que sentimos quando somos arrancados do contorno através do qual até então nos reconhecíamos e éramos reconhecidos. «A inteligência vem sempre depois», outra ideia de Deleuze, que ele toma a Proust, e que continua assim: «a inteligência só é boa quando vem depois», isto é, quando ela vem dar suporte para a construção desta cartografia conceitual. (ROLNIK, 1996, p. 245)

Então é chegado o momento de tentar dar consistência a esse termo, a esse nome, que pensamos a partir dos modos de vida daquelas pessoas: *ingovernáveis*.

Para tanto, vamos proceder da seguinte maneira: rememorar o que já sabemos sobre os moradores de rua em geral e sobre os moradores de rua que denominamos *ingovernáveis*. A seguir, rememorar o trajeto que percorremos desde o momento em que pensamos o nome até o momento em que o levamos “para dentro” da academia. Por último, e a partir dos elementos reunidos nestas duas primeiras etapas, buscaremos realizar o trabalho de elaboração conceitual, à moda dos sintetizadores musicais, que fazem com que *elementos essencialmente heterogêneos acabem por se converter um no outro de algum modo*³⁹.

NEM TODOS SÃO INGOVERNÁVEIS

Sabemos, em primeiro lugar, que há uma característica comum a todos os moradores de rua com quem mantivemos contato: viviam nas ruas (acordavam, comiam, se relacionavam, faziam suas necessidades, dormiam).

³⁹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 1995. V. 2.

Sabemos também que alguns deles aceitavam viver dentro de instituições (o abrigo municipal, os abrigos das igrejas), enquanto outros aceitavam apenas atendimentos na própria rua ou em serviços-dia (como era o caso do projeto Pão & Beleza, onde se podia utilizar o serviço sem institucionalização).

Sabemos também que as instituições (do poder público ou da sociedade civil, incluindo as igrejas e as ONGs) imprimiam condicionalidades para o atendimento destes moradores de rua (por exemplo: caso tomasse banho, receberia roupas limpas; caso não estivesse embriagado, dormiria no abrigo). Os moradores de rua que encontramos podiam aceitar ou não essas condicionalidades⁴¹. Era um traço comum a aceitação inicial de todas essas propostas e essa aceitação poderia repetir-se indefinidamente.

Mas aqui poderia instaurar-se uma ruptura, uma divisão entre o que era comum a todos os moradores de rua e o que era comum apenas a uma pequena parte deles, e esta ruptura acontecia quando as instituições impunham uma condicionalidade definitiva: “para que você possa continuar recebendo nosso atendimento é preciso que você realmente queira mudar de vida”.

Então, ou os moradores de rua seguiam as instituições e ingressavam nos muitos tratamentos, procedimentos, cursos, etc. proporcionados e lá permaneciam por tempo indefinido (alguns, efetivamente, mudavam completamente seus modos de vida), ou os moradores de rua recusavam tudo, ainda que inicialmente tivessem aceitado as regras do jogo e, durante algum tempo, jogado de acordo com estas regras (o caso de Maurício, André e daqueles que habitavam a Vila Macedo).

Interessa-me pensar a partir deste segundo grupo de pessoas. Um grupo numericamente reduzido, constituído por moradores de rua que procediam da seguinte maneira em relação às instituições que lhes atendiam: 1) aceitavam as condicionalidades inicialmente propostas; 2) durante algum tempo pareciam realmente participar e aceitar a interferência em suas vidas; 3) isto mudava

⁴¹ Por vezes éramos informados de abordagens da prefeitura municipal monitoradas pela guarda municipal ou polícia militar. Não era regra, não era costumeiro – não naquele período em que a atuação das instituições da sociedade civil era forte.

quando recebiam o ultimato de que deveriam *realmente* querer mudar de vida para continuar a ser atendidos.

PUNKS INGOVERNÁVEIS

Nada disso, contudo, havia sido pensado quando a ideia e o nome *ingovernáveis* me ocorreram, ainda em 2011, quando finalizei a primeira leitura de meu arquivo – processo que descrevi na segunda parte do trabalho.

Havia intuído que um número reduzido de moradores de rua recusava o governo dos outros em nome de um governo de si, e isso foi totalmente influenciado pelas leituras dos últimos cursos de Michel Foucault, precisamente intitulados *O governo de si e dos outros*⁴².

Mas e quanto ao termo *ingovernáveis*? De onde veio? Eu queria um termo que pudesse expressar esta lógica: uma recusa da condução das condutas, isto é, do governo dos outros em prol de um governo de si. E, forçando o pensamento, lembrei-me de uma banda punk, chamada Ingovernáveis, que atuou na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, em meados do ano 2000! A bem da verdade, os meninos que tocavam eram conhecidos, alguns eram amigos, mas nunca ouvi qualquer música deles, não assisti a nenhuma apresentação ao vivo, nada.

A ingenuidade de tentar pensar possibilidades de não ser governado a partir da experiência profissional que busquei descrever até o momento, parece-me guardar relação com minha trajetória dentro do movimento *punk* (eu participava ativamente de uma “subdivisão” do movimento *punk*, chamada *straight edge*): letras de protesto, artigos (não-acadêmicos) escritos por punks em fanzines (uma espécie de revista própria do movimento) e toda uma disposição de viver de acordo com a ética *do it yourself*, a ética do *faça-você-mesmo* (ainda hoje

⁴² FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010-b.

um valor dentro do movimento *punk*, mas também já explorada pelo capital na forma de autoajuda e de um modo *cool* de viver).

Muitos conceitos caros ao anarquismo circularam e circulam amplamente pela rede mundial que é o movimento *punk*: autogestão, autonomia, autodidatismo, etc. Durante os anos em que participei ativamente deste cenário estas ideias influenciariam diretamente em minhas condutas, sempre no sentido de agir de modo contrário ao Estado e todos os seus “tentáculos”.

INGOVERNÁVEIS ENQUANTO PESQUISA ACADÊMICA

No âmbito acadêmico, que potencialmente pode formar uma comunidade tão interessante quanto a comunidade *punk*, o nome *ingovernáveis* é escasso. Talvez pela própria inviabilidade atribuída à ideia de permanecer ingovernável. Veremos.

Quando me ocorreu (ou... me tomou de assalto!) a ideia estava intensamente afeccionado⁴³ pelas pesquisas de Michel Foucault em torno da noção de governamentalidade, em fins dos anos 1970, e que se desdobraria nas pesquisas realizadas nos anos 1980 que buscavam traçar uma genealogia do sujeito moderno, a partir de estudos das práticas de si das escolas filosóficas gregas e romanas e as mutações que o cristianismo exerceria sobre estas práticas, produzindo técnicas de si que ecoam no mundo contemporâneo.

Contudo, não há exatamente um texto que possa servir como “pedra de toque” para que pensar nestes ingovernáveis. Giorgio Agamben utiliza o termo, de modo semelhante ao que tentamos fazer, em duas conferências realizadas em momentos distintos e que colocam a ideia de um elemento Ingovernável como único meio de arrebentar com os dispositivos de poder e de governo.

⁴³ Na leitura que Deleuze faz de Spinoza, a afecção [*affectio*] é definida como uma mistura de corpos, indica a natureza do corpo modificado, a natureza do corpo afeccionado [*affectionné*] ou afetado [*affecté*].

Vejam os parágrafos finais destas conferências, únicos momentos em que o termo e a ideia aparecem:

Quanto mais os dispositivos difundem e disseminam o seu poder em cada âmbito da vida, tanto mais o governo se encontra diante de um elemento inapreensível, que parece fugir a sua presa quanto mais se submete docilmente a ela. Isto não significa que ele represente em si mesmo um elemento revolucionário nem que possa deter ou também somente ameaçar a máquina governamental. No lugar do anunciado fim da história, assiste-se, com efeito, ao incessante girar em vão da máquina, que, em uma espécie de desmedida paródia da *oikonomia* teológica, assumiu sobre si a herança de um governo providencial do mundo, que, ao invés de salvá-lo, o conduz – fiel, nisto, à originária vocação escatológica da providência – à catástrofe. O problema da profanação dos dispositivos - isto é, da restituição ao uso comum daquilo que foi capturado e separado de si - é, por isso, tanto mais urgente. Ele não se deixará parar corretamente se aqueles que se encarregarem disto não estiverem em condições de intervir sobre os processos de subjetivação não menos que sobre os dispositivos, para leva-los à luz daquele Ingovernável, que é o início e, ao mesmo tempo, o ponto de fuga de toda política. (AGAMBEN, 2005, p. 16)⁴⁴

Parece-me que um verdadeiro confronto com os dispositivos metropolitanos será possível somente quando penetrarmos nos processos de subjetivação, que naqueles estão implicados, de um modo mais articulado e mais profundo. Isso, porque creio que o êxito dos conflitos dependerá exatamente disso: da capacidade de intervir e agir sobre os processos de subjetivação, justamente para atingir o ponto que eu chamaria de “ingovernabilidade”. O ingovernável sobre o qual pode fracassar o poder na sua figura de governo; e este ingovernável é também para mim o início e o ponto de fuga de toda política. (AGAMBEN, 2006, p.4)⁴⁵

Ainda que seja uma referência mínima, é espantoso o quanto sua leitura da ideia de ingovernável dialoga com aquilo descrito acerca da experiência em Petrópolis. Naquele cenário, as intervenções das instituições constituídas (sem julgar suas intenções, etc.), que materializavam o poder na forma do governo (condução das condutas), fracassavam quando se deparavam com aquelas figuras ingovernáveis. Mas, ao mesmo tempo, era a partir destas figuras que as ações deveriam ser repensadas, replanejadas, reconstituídas.

⁴⁴ AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. **Outra travessia**, número 5, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2005.

⁴⁵ AGAMBEN, Giorgio. *Metropolis. Sopro*, Florianópolis, n. 26, p. 1-4, abri. 2010.

O Ingovernável de Agamben está entre o início e o fim de toda política, e é o elemento capaz de profanar os dispositivos e fazer fracassar o poder na sua forma de governo. Sua constituição, enquanto elemento capaz de operar deste modo, está diretamente relacionada com os processos de subjetivação e a intervenção que, os encarregados de profanar os dispositivos, podem realizar sobre estes processos, a fim de fracassar o poder na sua forma de governo.

A ARTE DE NÃO SER GOVERNADO

Mas em nossas pesquisas “topamos” com uma conferência de Michel Foucault, realizada em 1978, e que nos levaria ao coração de nossa questão. É uma palestra que tematiza o governo, entendido como *condução de condutas*, em relação ao que foi chamado de *atitude crítica*, uma espécie de limite à arte de governar.

É de nosso maior interesse porque Foucault vai estudar a questão da recusa ao governo das condutas perguntando-se, justamente, como não ser governado. E tudo parte da abordagem histórica que faz a respeito daquilo que chamou de *atitude crítica*, por meio da qual avança em direção ao tema do governo. Assim, dentre as possíveis maneiras de traçar a história dessa atitude crítica, Foucault propõe a que se segue:

A pastoral cristã, ou a igreja cristã, enquanto ostentava uma atividade precisamente e especificamente pastoral, desenvolveu esta ideia – singular, creio eu, absolutamente estranha à cultura antiga – que cada indivíduo, quais sejam sua idade, seu estatuto, e isso de uma extremidade a outra de sua vida e até no detalhe de suas ações, devia ser governado e devia se deixar governar, isto é, conduzir à salvação, por alguém que o ligue numa relação global e, ao mesmo tempo, meticulosa, detalhada, de obediência. (FOUCAULT, 1978, p.2)⁴⁶

⁴⁶ FOCAULT, Michel. O que é a crítica? Crítica e *Aufklärung*. **Bulletin de la Société française de philosophie**, Vol. 82, nº 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Disponível em: <<http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>>. Acesso em: 25/01/2013.

Ainda no âmbito da igreja, grega e latina, Foucault fala em uma *arte de governar (a direção de consciência)*, que ficaria restrita, ainda na Idade Média, à existência conventual, à prática espiritual de grupos relativamente restritos. (FOUCAULT, 1978, p. 3)

Mas, segundo acredita Foucault, houve uma explosão da arte de governar os homens entre o século XV e a Reforma [protestante]. Explosão entendida em dois sentidos: uma espécie de laicização das artes de governar e seu espraiamento pela sociedade como um todo e, num segundo sentido, explosão que consistiu na

multiplicação dessa arte de governar em domínios variados: como governar as crianças, como governar os pobres e os mendigos, como governar uma família, uma casa, como governar os exércitos, como governar os diferentes grupos, as cidades, os Estados, como governar seu próprio corpo, como governar seu próprio espírito. *Como governar*, acredito que esta foi uma das questões fundamentais do que se passou no século XV ou no XVI. Questão fundamental a qual respondeu a multiplicação de todas as artes de governar – arte pedagógica, arte política, arte econômica, se vocês quiserem – e de todas as instituições de governo, no sentido amplo que tinha a palavra governo na época. (FOUCAULT, 1978, p.3)

Na mesma medida em que estas artes de governar se generalizaram, (e agora nos encontramos face a face com a questão dos ingovernáveis!) Foucault dirá que também se generalizou pela Europa um certo tipo de atitude crítica que pode ser chamada de *a arte de não ser governado*, e que perguntava: *como não ser governado? Não ser governado desse modo, por isso, em nome desses princípios, em vista destes objetivos e por meio de tais procedimentos, não assim, não para isso, não por eles.* (FOUCAULT, 1978, p.3) Assim, a questão da atitude crítica não era “como não ser absolutamente governado”, “como viver sem ser de modo algum governado”, mas sim “como não ser governado de qualquer maneira”.

Esta atitude crítica, como limite da governamentalização, se dá em três pontos: em relação à religião, em relação ao direito natural e em relação à verdade: *a Bíblia, o direito, a ciência; a escritura, a natureza, a relação a si; o*

magistério, a lei, a autoridade do dogmatismo. Então, em relação à generalização desta arte de governar, a crítica enfocava *o feixe de relações que amarra, um ao outro*, a tríade poder, verdade e sujeito:

E se a governamentalização é mesmo esse movimento pelo qual se tratasse na realidade mesma de uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade, pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função a dessujeição no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade. (FOUCAULT, 1978, p.5)

Não haveria, então, uma vontade decisiva de não ser governado, um modo de vida que fosse absolutamente ingovernável? Uma questão, colocada ao término da conferência, pede a Foucault uma maior precisão quanto a esse ponto: é possível não ser governado de forma alguma, ou seja, não ser absolutamente governado?; ou a atitude crítica se manifesta apenas nesse limite à governamentalização, manifestando-se na vontade de não ser governado relativamente a um determinado modo de governo?

Por um lado a resposta de Foucault é decisiva: a vontade de não ser governado é sempre relativa (não ser governado assim, dessa forma, etc.). Por outro lado, Foucault levanta uma suspeita: *não acredito naquilo que seria um anarquismo fundamental, que seria como a liberdade originária absolutamente indócil e ao fundo de toda governamentalização* (FOUCAULT, 1978, p. 25). *Eu não disse isso*, prossegue Foucault, *mas isso não quer dizer que eu o exclua absolutamente.*

GOVERNO

Eis que Foucault nos dá uma parte do que precisamos! Mas não tudo. Dois anos mais tarde, estas questões seriam recolocadas e ampliadas na

primeira aula de um curso realizado nos Estados Unidos, quando Foucault desmembraria uma vez mais o tema do governo como condução das condutas. Agora já não se trata de perguntar como não ser governado de forma absoluta ou relativa, mas sim de entender o governo como técnicas em que estão implicadas coerção e, ao mesmo tempo, liberdade.

Eis, então, uma definição de governo que amplia aquela com que tivemos contato na seção anterior:

O encontro entre as maneiras pelas quais os indivíduos são dirigidos por outros e os modos como conduzem a si mesmos, é o que se pode chamar, creio, de governo. Governar pessoas, no sentido geral da palavra não é um modo de forçá-las a fazer o que o governo quer; é sempre um ponto de equilíbrio, com complementaridades e conflitos entre técnicas que garantem a coerção e os processos pelos quais o sujeito é construído e modificado por ele mesmo. (Foucault, 2011-b, p. 155-156).⁴⁷

O governo passa a ser entendido aqui como a articulação entre dois tipos de técnicas: as técnicas de dominação e as técnicas de si, que Foucault definirá da seguinte maneira:

técnicas que permitem aos indivíduos realizarem, por eles mesmos, um certo número de operações sobre seus próprios corpos, suas próprias almas, sobre seus próprios pensamentos, suas próprias condutas, e isso de maneira a transformarem a si mesmos, de modificarem a si mesmos e a atingirem um certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante (Foucault, 2011-b, p. 155).

Esta perspectiva pode ser ampliada pela leitura que Maurizio Lazzarato⁴⁸ faz do trabalho tardio de Foucault, que teria colocado sob o conceito de poder três diferentes categorias: as relações estratégicas, as técnicas de

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos. 2. Ed. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011-b.

⁴⁸ LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

governo e os estados de dominação. Em todas elas o que está em jogo é a mobilidade das relações e do exercício do poder.

As relações estratégicas não dizem respeito a *uma estrutura política, um governo, uma classe social dominante*, estando mais diretamente *no interior das relações humanas*. A marca aqui é a mobilidade do exercício de poder, no sentido de que é sempre possível mudar uma situação existente. São, portanto, relações de poder entre sujeitos livres, que podem constantemente reverter situações de poder e governo das condutas⁴⁹.

Já os estados de dominação estão frequentemente ligados a instituições (os sindicatos, os partidos políticos, as instituições estatais) que *limitam, congelam e bloqueiam a mobilidade, a reversibilidade e a instabilidade da ação sobre uma outra ação*. A possibilidade de inverter uma situação de dominação é quase impossível. Estaríamos no oposto do que são as relações estratégicas.

Entre ambos é que estão as técnicas ou tecnologias de governo, *ou seja, o conjunto das práticas através das quais se pode “constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem traçar, em relação uns aos outros”*. Aqui temos Lazzarato, citando Foucault, para esclarecer a centralidade destas técnicas em relação à mobilidade ou cristalização do exercício do poder. *O que essas técnicas regem é consigo e com os outros*.

O poder e as relações de poder estariam, assim, por toda parte e atravessando todas as relações: de cada um relação a si mesmo, dos outros sobre cada um, das instituições sobre todos e cada um. Seria *ilusório crer que possam existir relações sociais sem relações de poder, mas não se pode da mesma forma acreditar que os estados de dominação sejam inevitáveis* (LAZZARATO, 2006, p. 253).

⁴⁹ “Exercer o poder sobre o outro no interior de uma relação sexual ou amorosa, por exemplo, na qual se tenta ditar a conduta do outro, em que se age sobre as ações possíveis do outro, no interior de um jogo estratégico aberto, no qual as coisas podem reverter, ‘faz parte do amor, da paixão, do prazer’”. (LAZZARATO, 2006, p. 251)

IMPLICAÇÕES PARA PENSAR OS INGOVERNÁVEIS

Esta paciência do conceito é da maior importância para o que estamos tentando realizar aqui. Poderíamos, inclusive, encerrar a dissertação neste ponto, caso fosse de nosso interesse aplicar a potência do pensamento foucaultiano sobre nossa vivência, sobre aquilo que escavamos em nossos arquivos. Mas estamos tentando seguir outro caminho e pensar algo *a partir de baixo*, do chão mesmo de nossa experiência. E, para tanto, a atualidade destas conferências de Foucault é impressionante.

Primeiro porque ainda vivemos, de modo ampliado e intensificado, o espraiamento de formas de governo da vida que pouco conhecem qualquer limite. O *como governar*, enquanto técnica e tecnologia, não faz outra coisa senão proliferar: *como governar as crianças, como governar os pobres e os mendigos, como governar uma família, uma casa, como governar os exércitos, como governar os diferentes grupos, as cidades, os Estados, como governar seu próprio corpo, como governar seu próprio espírito*. São questões que incessantemente atravessam nosso cotidiano.

Em segundo lugar porque Foucault diz muito sobre a recusa ao governo das condutas, tal como vínhamos pensando a questão dos *ingovernáveis*. Quando narramos, no início deste trabalho, o encontro entre um morador de rua e diversas instituições, tentamos demonstrar de que modo recusava-se a permitir a ingerência de outros sobre seu próprio modo de vida. O intolerável para pessoas como Maurício é que tenham que renunciar ao modo como conduzem suas próprias vidas (em outras palavras, ao governo de si) em função de um outro modo de se conduzir, um modo de conduzir que é ditado por outros (governo dos outros). Isto nos ajuda a entender que, mesmo entre nossos *amigos*, não se trata tanto de não ser absolutamente governado, mas de não ser governado de qualquer maneira, por qualquer pessoa, por qualquer instituição.

Último ponto destas implicações das ferramentas de Foucault para nossa cartografia: o governo, enquanto condução das condutas, é produzido no

ponto em que se cruzam técnicas de dominação e técnicas ou tecnologias de si. Foucault explorou amplamente estas técnicas de si na Antiguidade grega e romana, tal como abordada pelos filósofos pagãos, sobretudo, mas também na assimilação que o cristianismo faria delas desde seus primórdios⁵⁰.

Nosso plano inicial era dissertar amplamente sobre estes estudos de Foucault. Contudo, ao longo desse processo de elaboração conceitual, pudemos compreender que os moradores de rua que chamamos ingovernáveis possuem, eles mesmos, algumas técnicas que lhes permitem enfrentar os poderes constituídos e, desse modo, afirmar sua diferença e sua singularidade. Tentaremos, agora, avançar nesse sentido.

TÉCNICAS MENDICANTES

De onde partimos, dos encontros com moradores de rua em Petrópolis, nomeamos alguns pontos comuns entre todos os moradores de rua para, a seguir, nomear alguns pontos comuns entre um número reduzido de moradores de rua, os quais nomeamos *ingovernáveis*. Isto nos levou a dizer que todos eram moradores de rua, mas nem todos eram ingovernáveis.

Enumeramos, então, três procedimentos destes últimos em relação ao governo dos outros: 1) aceitavam as condicionalidades inicialmente propostas; 2) durante algum tempo pareciam realmente participar e aceitar a interferência em suas vidas; 3) isto mudava quando recebiam o ultimato de que deveriam *realmente* querer mudar de vida para continuar a ser atendidos.

Assim, podemos dizer que neste *modo ingovernável de proceder frente aos estados de dominação* atuam, simultaneamente, três forças distintas, porém complementares: a inconstância, que está *entre* a aceitação de um certo modo de governo dos outros e a afirmação do governo de si; a recusa, o gesto

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010-c.

fundador de um modo de vida ingovernável; a coragem da verdade, que é um desdobramento e um complemento da recusa. Inconstância, recusa, coragem da verdade, três forças que passaremos a explorar agora.

Sobre a inconstância não dissemos nada. Talvez tenhamos dito algo a seu respeito, mas sem nomeá-la, quando exploramos nossos cadernos de campo. De todo modo, trata-se de retomar algo que os jesuítas haviam identificado em alguns povos indígenas residentes no Brasil em torno do modo como lidavam com o ensino da fé: os “brasis” eram cordiais e aceitavam de pronto tudo aquilo que lhes era ensinado; viravam as costas os jesuítas e estes mesmos “brasis” voltavam a viver como “selvagens”. Aqui, isto não será considerado uma falha, mas uma potência.

Sobre a recusa também pouco dissemos. Ela é o ato fundamental da cisão entre os dois grupos de moradores de rua que definimos por meio de aproximações entre o que é comum a cada grupo. É o próprio *kairós*: o momento da decisão, onde o ser se abre ao evento e ao porvir. A recusa aqui será tratada como um *dizer não fundamental* mas, diferente da recusa cristã, que é uma recusa de si mesmo, esta recusa será uma afirmação da própria singularidade.

A coragem da verdade é um desdobramento e um complemento da recusa. É o momento de afirmar a vida outra, à maneira dos filósofos cínicos que Foucault estudou e que experimentavam a coragem da verdade de duas maneiras: um dizer a verdade, toda a verdade, implicando nisso o risco de perder a vida (*parresía*); mas também dizer a verdade por meio de seus próprios modos de vida, sem palavras, apenas pelo seu modo de viver.

CONSTANTES EM SUA INCONSTÂNCIA

Imaginemos um impossível encontro entre o Padre Antonio Vieira e aqueles moradores de rua de Petrópolis. Imaginemos, também, que o jesuíta tomasse contato com algumas das descrições que atravessam esta dissertação,

especialmente em sua segunda parte. Seria impossível imaginá-lo escrevendo o que se segue?

Os que andastes pelo mundo, e entrastes em casas de prazer de príncipes, veríeis naqueles quadros e naquelas ruas dos jardins dois gêneros de estátuas muito diferentes, umas de mármore, outras de murta. A estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza e resistência da matéria; mas, depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão: sempre conserva e sustenta a mesma figura; a estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade com que se dobram os ramos, mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para que se conserve. Se deixa o jardineiro de assistir, em quatro dias sai um ramo que lhe atravessa os olhos, sai outro que lhe descompõe as orelhas, saem dois que de cinco dedos lhe fazem sete, e o que pouco antes era homem, já é uma confusão verde de murtas. Eis aqui a diferença que há entre umas nações e outras na doutrina da fé. Há umas nações naturalmente duras, tenazes e constantes, as quais dificultosamente recebem a fé e deixam os erros de seus antepassados; resistem com as armas, duvidam com o entendimento, repugnam com a vontade, cerram-se, teimam, argumentam, replicam, dão grande trabalho até se renderem; mas, uma vez rendidos, uma vez que receberam a fé, ficam nela firmes e constantes, como estátuas de mármore: não é necessário trabalhar mais com elas. Há outras nações, pelo contrário — e estas são as do Brasil —, que recebem tudo o que lhes ensinam, com grande docilidade e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir; mas são estátuas de murta que, em levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural, e a ser mato como dantes eram. É necessário que assista sempre a estas estátuas o mestre delas: uma vez, que lhes corte o que vicejam os olhos, para que creiam o que não vêem; outra vez, que lhes cerceie o que vicejam as orelhas, para que não dêem ouvidos às fábulas de seus antepassados; outra vez, que lhes decepe o que vicejam as mãos e os pés, para que se abstenham das ações e costumes bárbaros da gentildade. E só desta maneira, trabalhando sempre contra a natureza do tronco e humor das raízes, se pode conservar nestas plantas rudes a forma não natural, e compostura dos ramos. (ANTONIO VIEIRA, apud, VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 183)

Imagino que o encontro seria espantoso! Posto que, conforme estabelecemos no início desta terceira parte, havia um modo de experimentar as relações com as instituições que era comum a todos os moradores de rua: a aceitação de grande parte daquilo que lhes era proposto pelas instituições que lhes saíam oferecendo ajuda. Aceitavam roupas, banhos, orações e até mesmo coisas que desconhecemos⁵¹. E, como foi o caso dos moradores de rua atendidos

⁵¹ Maurício, assim como tantos outros que estavam nas ruas, aceitava os alimentos, as orações, a ajuda para conseguir seus direitos, até mesmo dar uma volta nas peruas e vans que conduziam as pessoas que estavam nas ruas até o abrigo municipal ou às comunidades terapêuticas dos arredores. Aceitava isso e talvez mais coisas – não sabemos.

na chamada Vila Macedo, embora os atendimentos tentassem abarcar sua vida como um todo (a pessoa, a família, o comércio local, os proprietários de apartamentos), eles sempre retornavam. Se, por um lado, isso pode significar somente o fracasso das políticas de atendimento destinadas a este público, por outro lado há que considerar que a *constância de sua inconstância* era um traço potente no que diz respeito à resistência às intervenções que se faziam sobre seus modos de vida.

O tema parece ter sido abundante não apenas entre os missionários. De todo modo, fazemos aqui uma espécie de tráfico e bricolagem⁵² do artigo de Eduardo Viveiros de Castro, que procurou *elucidar o que os jesuítas e demais observadores chamavam de 'inconstância' dos Tupinambá*. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.190)⁵³

Tratava-se sem dúvida de alguma coisa bem real, mesmo que se lhe queira dar outro nome; se não um modo de ser, era um modo de aparecer da sociedade tupinambá aos olhos dos missionários. É preciso situá-la no quadro mais amplo da bulimia ideológica dos índios, daquele intenso interesse com que escutavam e assimilavam a mensagem cristã sobre Deus, a alma e o mundo. Pois, repita-se, o que exasperava os padres não era nenhuma resistência ativa que os 'brasis' oferecessem ao Evangelho em nome de uma outra crença, mas sim o fato de que sua relação com a crença era intrigante: dispostos a tudo engolir, quando se os tinha por ganhos, eis que recalcitavam, voltando ao "vômito dos antigos costumes" (Anchieta 1555: II,194). (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, 190)

Esta mobilidade, amorfia, labilidade, instabilidade que perturbava os padres, e certamente perturbava os trabalhadores sociais envolvidos com os moradores de rua (falo também em meu nome!), parece-nos não apenas compor de modo adequado com a experiência que nos levou a pensar no termo ingovernáveis, mas, sobretudo, parece-nos uma ferramenta extremamente potente para enfrentar o governo de nossas condutas.

⁵² Designa o aproveitamento de coisas usadas, partidas, ou cuja utilização se modifica adaptando-as a outras funções.

⁵³ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Há, ainda, na leitura feita por Viveiros de Castro, aquilo que pode ser chamado da questão da alteridade. No pensamento ameríndio e na sociedade Tupinambá *o outro não era ali apenas pensável – ele era indispensável*. Há que se compreender esse interesse pelo outro, este vívido interesse pelas “porcarias” trazidas pelo outro, era justamente algo próprio de pessoas que tinham como *(in)fundamento* a relação com os outros e não *a coincidência consigo mesmas*.

O valor a ser afirmado pelos ameríndios não era o de uma identidade substancial, mas sim o de uma afinidade relacional:

Se europeus desejaram os índios porque viram neles, ou animais úteis, ou homens europeus e cristãos em potência, os Tupi desejaram os europeus em sua alteridade plena, que lhes apareceu como uma possibilidade de autotransfiguração, um signo da reunião do que havia sido separado na origem da cultura, capazes portanto de vir alargar a condição humana, ou mesmo de ultrapassá-la. Foram então talvez os ameríndios, não os europeus, que tiveram a ‘visão do paraíso’, no desencontro americano. Para os primeiros não se tratava de impor maniacamente sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica; mas sim de, atualizando uma relação com ele (relação desde sempre existente, sob o modo virtual), transformar a própria identidade. A inconstância da alma selvagem, em seu momento de abertura, é a expressão de um modo de ser onde “é a troca, não a identidade, o valor fundamental a ser afirmado”, para relembrarmos a profunda reflexão de Clifford (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 206).

Lançar-se aos movimentos propostos pelo outro não apenas porque se trata de uma *estratégica de sobrevivência* (expressão muito comum em trabalhos com os moradores de rua, e que quer dizer que dentre as coisas que eles fazem para viver está a adesão aos programas de atendimento propostos), mas também porque se quer de fato realizar trocas e partilhas com o outro.

Há que se considerar, neste nosso trabalho para pensar os ingovernáveis, algumas implicações desta breve colagem: a inconstância como um modo de ser e/ou um modo de parecer; a genial *bulimia ideológica*, consistindo em tudo aceitar, voluptuosamente, para depois dispensar; a alteridade que pode-se fazer sentir por esta afinidade relacional e não identidade substancial, buscar o outro para diferenciar-se.

Há, entretanto, uma transição a ser feita e ela diz respeito à ausência de resistência ativa que pudemos ver nesse modo de ser/parecer dos Tupinambá. Esta transição está expressa naquilo que chamamos *recusa*.

RECUSA

Assim, a inconstância está entre a aceitação de um certo modo de governo dos outros e a afirmação do governo de si. Ela é ao mesmo tempo aceitação e afirmação. Mas esta aceitação e esta afirmação são expressas sem nenhuma resistência ativa.

Em nosso caso, havia um momento em que a resistência ativa surgia e ela era marcada por um dizer não, algo que definimos como o gesto fundador de um modo de vida ingovernável: a recusa. A recusa como ruptura, a abertura de uma linha de fuga, a afirmação de uma diferença, é a coragem de abrir-se ao devir e à singularidade. Se a inconstância está entre os polos da dominação e da invenção de si, a recusa é a afirmação deste último.

Encontramos eco em Maurizio Lazzarato (2006), que entende a recusa como uma das formas de resistência experimentada por movimentos políticos e por singularidades após 1968. De lá para cá, ambos passaram a operar em dois planos simultâneos:

o plano imposto pelas instituições constituídas, no qual tudo se passa como se houvesse um só mundo possível; e o plano escolhido pelos movimentos e pelas singularidades, que é o mundo da criação e da efetuação de uma multiplicidade de mundos possíveis (LAZZARATO, 2006, p. 203-204).

Operando sob a lógica da diferença, os conflitos ou as lutas passam a acontecer em dois planos assimétricos. No primeiro, movimentos e singularidades se constituem a partir da lógica da recusa, do ser-contra, da

divisão. E o não desta recusa é dito de duas maneiras: por um lado, uma ruptura radical com as regras de representação; por outro, *é a condição de necessidade de abertura a um devir, a uma bifurcação de mundos e à sua composição conflitual, embora não unificadora.* (LAZARRATO, 2006, p. 204)

No primeiro plano a luta se desenrola também como fuga: todos partem como partiram do socialismo real, *cruzando fronteiras ou recitando, sem sair do lugar, a fórmula “eu preferiria não”, de Bartleby.* No segundo plano a luta se desenrola como constituição – criação e atualização de mundos, onde se desenvolve *uma dinâmica de subjetivação que é, ao mesmo tempo, afirmação da diferença e composição de um comum não totalizável.* (LAZZARATO, 2006, p. 205)

Ainda no campo da resistência e da criação, Peter Pál Pelbart (2009)⁵⁴ pensa que outros modos de conflitualidade são criados no contexto pós-moderno, *que suscita posicionamentos mais oblíquos, diagonais, híbridos e flutuantes,* diferente do que se dava na modernidade, quando *a resistência obedecia a uma matriz dialética, de oposição direta das forças em jogo* (PELBART, 2009, p. 136).

Peter exemplifica uma mudança na lógica da resistência elencando algumas dinâmicas urbanas (*nomadismos sociais, novos corpos pós-humanos, redes sociais de autovalorização, devires minoritários, êxodo e evacuação de lugares de poder*) que permitem que a resistência vá para *além das figuras clássicas da recusa.* E pergunta algo que é de nosso maior interesse: *mas como elas funcionam no contexto das novas segmentações, sobretudo num país como o Brasil, com sua herança histórica, em que regimes diversos de exclusão e segmentação se sobrepõem?* (PELBART, 2009, p. 137)

Peter também mobilizaria Antonio Negri para pensar como pode ser dar a resistência nessa passagem do moderno ao pós-moderno, quando a resistência se dá como

⁵⁴ PELBART, Peter Pál. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2009.

a difusão de comportamentos resistentes e singulares. Se ela se acumula, ela o faz de maneira extensiva, isto é, pela circulação, a mobilidade, a fuga, o êxodo, a deserção: trata-se de multidões que resistem de maneira difusa e escapam das gaiolas sempre mais estreitas da miséria e do poder. (Negri, apud, Pelbárt, 2006)

E é por meio de Negri e Hardt (2001)⁵⁵ que nos reencontramos com o escriturário de Herman Melville, *Bartleby*, e sua célebre fórmula: *Eu preferiria não fazer* (ou “preferiria não”, uma tradução à original “I would prefer not to”, que talvez expresse o vácuo infernal que a sua recusa produzia em quem a ouvia).

Hardt e Negri inserem *Bartleby* e sua fórmula na tradição da recusa ao trabalho, mas vão além. Veem em sua recusa uma decisão tão intensa que tornam absoluta a recusa. Veem tamanha firmeza que *Bartleby parece completamente vazio, um homem sem qualidades ou, como diriam os filósofos renascentistas, humo tantum, apenas um homem e nada mais* (HARDT; NEGRI; 2001, p. 222).

Hardt e Negri entendem que a recusa de *Bartleby*, entretando, é apenas o começo da *política libertadora*, já que, *em si mesma, a recusa é vazia, [...] são linhas de fuga completamente solitárias e caminham continuamente à beira do suicídio*. A recusa, então, tem a ver com um passo além:

O que precisamos é criar um novo corpo social, projeto que vai além da recusa. Nossas linhas de fuga, nosso êxodo precisam ser constituintes e criar uma alternativa real. Além da simples recusa, ou como parte desse recusa, precisamos construir um novo modo de vida e, acima de tudo, uma nova comunidade. (HARDT; NEGRI, 2001, p.224)

Em todas estas leituras da recusa encontramos outros traços que podem dar consistência ao que estamos chamando de *ingovernáveis*: fuga, abertura de um dever, afirmação da diferença, movimento, construção de um novo modo de vida, composição de novos mundos, uma nova comunidade.

⁵⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Editora. Record, 2001.

Aqui aproximam-se Bartleby e os Tupinambá em um modo de recusar que é puro movimento. Ao mesmo tempo, lidamos com o elemento da recusa como um “dizer não”, num processo de resistência e criação característico da ação política de grupos e singularidades pós-1968. O que os liga? O que os torna complementares neste processo? Para finalmente encerrarmos a composição do nome comum *ingovernáveis* nos aproximaremos de alguns pontos abordados por Foucault em torno dos cínicos.

CORAGEM DA VERDADE

Em 1983 Foucault realizaria o curso *O governo de si e dos outros* (FOUCAULT, 2010-b), onde iniciaria uma série de estudos históricos sobre a noção de *parrhesia* (palavra dicionarizada em português brasileiro e grafada parrésia; traduzida, em curso de Foucault, por parresía).

Estes estudos seriam aprofundados no ano seguinte, uma espécie de prolongamento do curso de 1983, denominado *A coragem da verdade: O governo de si e dos outros II* (FOUCAULT, 2011)⁵⁶. É um curso consagrado ao estudo da parresía e marcado sobretudo pelos estudos que faz da parresía a partir da figura de Sócrates e pelo encontro de Foucault com os filósofos cínicos. Este último encontro, que ocorre a partir do meio do curso, faria com que Foucault desdobrasse os estudos da parresía para o próprio modo de vida cínico.

Uma descrição, que ele cuida para que não seja estereotipada, de pronto poderá esclarecer por que os cínicos: *A emblemática do cinismo é [...] o homem de manto curto, barba hirsuta, pés descalços e sujos, com a mochila, o cajado, e que está ali, nas esquinas, nas praças públicas, na porta dos templos, interperlando pessoas para lhes dizer algumas verdades.* (Foucault, 2011, p.171)

⁵⁶ FOUCAULT, Michel. **A coragem de verdade: o governo de si e dos outros II**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Isso não quer dizer que os cínicos tenham sido mendigos, como são os moradores de rua em geral, com quem cruzamos nas praças, semáforos e esquinas de nossas cidades. Eram mesmo filósofos, mas tinham um modo de vida canino (a palavra cínico é deriva de *kunikos*, cão), no sentido de que viviam como cães: sem pudor, sem vergonha, uma vida que se vivia em público, onde nada se esconde; uma vida indiferente a tudo que possa acontecer, que conhece apenas necessidades que podem ser imediatamente satisfeitas; uma vida que ladra contra os inimigos; uma vida dedicada a salvar os outros e proteger a vida dos donos. (FOUCAULT, 2009, 214-215)

Vamos nos limitar a falar de uma certa articulação entre a parresía, entendida como o dizer-a-verdade, e o modo de vida cínico, entendido como sendo, ele mesmo, uma forma de parresía. *O modo de vida cínico (o cajado, a mochila, a pobreza, a errância, a mendicidade) [...] tem funções precisas em relação a essa parresía, em relação a esse dizer a verdade* (FOUCAULT, 2009, 149).

Foucault elencará três características do modo de vida cínico que são instrumentais à parresía. Para nós, interessa especialmente a última, de modo que iremos tão somente citar as demais.

Primeiro, o modo de vida cínico é instrumental à parresía na medida em que o cínico não tem vínculos, notadamente os familiares: como poderia atuar em prol de toda a humanidade se não pode dedicar-se inteiramente a ela? Depois, uma função redutora: reduzir todas as convenções e as crenças, de sorte que restem aos cínicos aquelas fundadas na natureza e na razão (é o que permite, por exemplo, que Diógenes masturbe-se em público – para ele, é um gesto semelhante a comer em público). O terceiro modo de vida é importante para nós porque, aqui, a manifestação da verdade acontece pelo próprio modo como a vida é conduzida:

o cinismo vincula o modo de vida e a verdade a um modo muito mais estrito, muito mais preciso. Ele faz da forma da existência a prática redutora que vai abrir espaço para o dizer-a-verdade. Ele faz enfim da forma da existência um modo de tornar visível, nos gestos, nos corpos,

na maneira de se vestir, nas maneiras de se conduzir e de viver, a própria verdade. Em suma, o cinismo faz da vida, da existência, do *bíos* o que podemos chamar de uma aleturgia, uma manifestação da verdade. (Foucault, 2011, p. 150)

Na verdade, para Foucault o próprio *cinismo se apresenta essencialmente como um certa forma de parresía, de dizer-a-verdade, mas que encontra seu instrumento, seu lugar, seu ponto de emergência na própria vida daquele que deve assim manifestar a verdade ou dizer a verdade, sob a forma de manifestação da existência* (FOUCAULT, 2011, p. 191).

É também em seu modo de vida que o cínico expõe sua coragem da verdade. Nos cursos anteriores, a parresía enquanto coragem da verdade consistia em arriscar a vida dizendo a verdade. A coragem da verdade cínica está no fato de que *arrisca-se a vida não simplesmente dizendo a verdade, por dizê-la, mas pela própria maneira como se vive.*

E, para mim, aqui está o ponto de intersecção entre as forças que podem compor o que vimos chamando de *ingovernáveis*. Dissemos no início da dissertação: *Pessoas que, por seu próprio modo de vida, experimentam outros modos de governo ou outros modos de vida em relação àquilo que pode ser definido como normal, legal, saudável, bonito, educado.* (p.3, desta dissertação) Reencontramos estas pessoas aqui. O nome comum *ingovernáveis* não pode prescindir de um modo de vida que se faz, ele mesmo, coragem da verdade.

SINTETIZADOR

Percorremos um longo caminho até aqui. Tentamos mobilizar diferentes elementos para pensar em como constituir algo como um nome comum: *ingovernáveis*. Tentamos trabalhar à moda dos sintetizadores, tal como Deleuze e Guattari escrevem em Mil Platôs.

Um sintetizador coloca em variação contínua todos os parâmetros e faz com que, pouco a pouco, "elementos essencialmente heterogêneos acabem por se converter um no outro de algum modo". Há matéria comum desde que haja essa conjunção. E somente então que se alcança a máquina abstrata, ou o diagrama do agenciamento. O sintetizador assumiu o lugar do juízo, como a matéria assumiu o da figura ou da substância formada. (Deleuze; Guattari, 1995, p.23)

Buscamos, assim, deslocar os ingovernáveis de nossa experiência imediata em Petrópolis, Rio de Janeiro, entre 2007 e 2010, para pensar a resistência ao poder, em sua forma de governo, que se espraia, de modo quase ilimitado, pela sociedade contemporânea.

Chegamos ao momento de ver para onde nos levaram as composições que pudemos realizar até agora: ingovernáveis como composição, como nome comum.

Final

PEDAGOGO-MILITANTE

Na noite de 13 de Setembro de 2010 eu repetiria um trajeto realizado incontáveis vezes: tomaria o ônibus que parte, às 23 horas, da rodoviária de Petrópolis rumo ao terminal rodoviário do Tietê, em São Paulo. A grande diferença é que, naquela noite, guardava em meu bolso somente a passagem de ida...

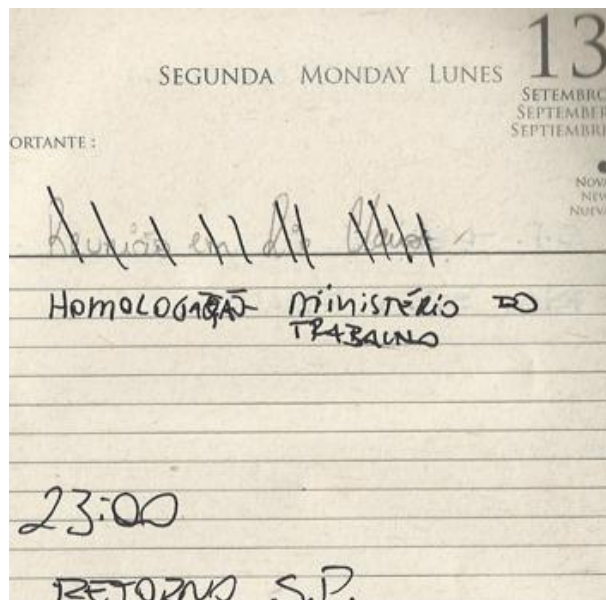


Figura 7 Caderno 020 - "Segunda, 13 de Setembro, Homologação no Ministério do trabalho, 23:00 Retorno SP"

As sensações eram confusas e penso que não poderia ser de outro modo. Durante os anos de licenciatura em pedagogia procurei por todos os lados, entre práticas e bibliotecas, um ponto em que poderiam convergir o pedagogo e o militante. E o trabalho na coordenação pedagógica de um projeto social que conjugava direitos humanos, educação popular e assistência social havia me permitido, durante os anos em Petrópolis, experimentar este lugar do pedagogo-militante de forma intensa.

Nos tempos do movimento punk, nossas canções e nossos escritos dirigiam-se para um inimigo comum – “O Sistema”. No meio em que eu circulava,

o punk era entendido como um “estilo de vida” e isso significava outro jeito de se alimentar, de produzir, de circular os produtos. Éramos rebeldes, mas eram poucos os momentos em que percebíamos o quanto “O Sistema” estava “dentro” de nós. Fora do espaço de relações do próprio movimento estávamos aprisionados a empregos e relacionamentos afetivos que em quase nada eram minoritários.

Depois a universidade. Ao longo dos quatro anos de curso fui lentamente me afastando do convívio com o movimento punk e me envolvendo com o movimento estudantil, projetos de extensão universitária e grupos de estudo. Era nestes movimentos que procurava uma relação entre a pedagogia e a rebeldia.

Um destes grupos de estudo me permitiu manter contato direto e prolongado com autores que poucas vezes eram mencionados no curso de pedagogia (Deleuze, Foucault, Guattari, Negri) e também realizar intervenções, no âmbito da própria comunidade acadêmica, que buscavam conjugar ética, estética e política.

O movimento estudantil, por sua vez, colocou-me em contato com um modo de realizar a ação política datado, que não considerava, sob hipótese alguma, “as questões da pós-modernidade”, como eles diziam. Seu repertório de práticas e estratégias mobilizava muitas palavras de ordem contra “O Capital”, entretanto, limitavam-se a “pregar para os convertidos”, pois não encontravam ouvidos nos estudantes que consideravam “alienados”.

Enfim, os projetos de extensão levaram-me a manter contato com bairros muito pobres da cidade onde estudava. A sensação de que a ação política deveria ser muito diferente daquela praticada pelos colegas do movimento estudantil intensificou-se ao máximo. Sem levar em conta a problemática da subjetividade parecia-me que estaríamos condenados à mera pregação ideológica.

Em Petrópolis a rebeldia, a pobreza e a ação política formavam algo como um amálgama, quase indiferenciado. Para lidar com as situações apresentadas pelo projeto não bastava somente a pedagogia (e suas técnicas

mobilizadas para a coordenação do projeto), mas também a ação política (mobilizada aqui na forma da militância).

Estava forjada a figura de um pedagogo-militante.

PEDAGOGO – ESGOTADO

Um mês antes desta derradeira viagem, na noite de 11 de Agosto de 2010, eu anunciaria minha saída do CDDH (e meu retorno ao estado de São Paulo), numa reunião com representantes de instituições parceiras no trabalho com a população em situação de rua.

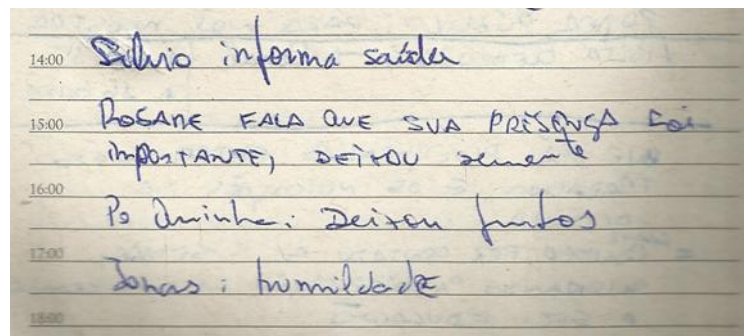


Figura 8 Caderno 020: "Silvio informa saída; Rosane fala que sua presença foi importante, deixou semente. Pe. Quinha: deixou frutos. Jonas: humildade".

Foi uma noite importante. O estado da arte da política de proteção e atenção à população em situação de rua parecia sólido e eu tinha uma forte sensação de ter contribuído com todas as minhas forças para isso. De certo modo, aquela noite selava minha vivência de quase quatro anos na realização de ações que aconteciam na interface entre direitos humanos, educação popular e assistência social.

E eu estava esgotado. Não apenas já não podia realizar nada, como também não existia mais qualquer possível para mim. E isso é muito mais do que

estar cansado, pois o cansado é alguém que por um momento não pode realizar algo possível, mas o possível ainda está lá para ser realizado. *O cansado apenas esgotou a realização, enquanto o esgotado esgota todo o possível*⁵⁷. (DELEUZE, 2012, p.67-69)

Já não havia para mim qualquer objetivo, projeto e preferência: *a realização do possível procede sempre por exclusão, pois ela supõe preferências e objetivos que variam, sempre substituindo os precedentes* – isto produz cansaço, mas ainda há o possível. Mas eu estava esgotado e o que contava era *em que ordem fazer o que deve e segundo quais combinações fazer duas coisas ao mesmo tempo, quando ainda necessário, só por fazer* (DELEUZE, 2012, p. 68 - 71).

E não havia qualquer meio de conciliar as duas figuras: pedagogo-militante, pedagogo-esgotado. São de natureza diferente: o primeiro é inteiramente movido por alegria, cheio de potência, até mesmo em suas ações mais loucas e apaixonadas; o outro é movido pela tristeza, não há qualquer potência, suas ações são apenas reações, ressentimento venenoso para si mesmo e para o mundo.

PEDAGOGO – PESQUISADOR

Alguns meses depois desse retorno eu estava inscrito no programa de pós-graduação, com o projeto de mestrado em andamento. Meses se passaram até que efetivamente eu pudesse visitar o material onde estas tramas estavam arquivadas. Era esse esgotamento operando neste novo devir: entre o pedagogo militante e esgotado e pesquisador.

Contudo, não seria possível construir esta memória sem submergir a estes diferentes lugares e tempos acima relacionados e emaranhados. Por meio

⁵⁷ DELEUZE, Gilles. **Sobre o teatro**: um manifesto a menos; o esgotado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2012.

dos cadernos foi possível acessar todo tipo de sensações e rememorar solidões, brigas, bebedeiras; leituras, notas, projetos ambiciosos; mobilizações, embates; fracassos, tristezas, mortes, impotências.

As sensações não têm passado, presente ou futuro; estão sempre ali, à espera de serem acessadas para o que está sob as fissuras da cartografia em curso, e que elas anunciam, possa tomar corpo e levar à sua reconfiguração (ROLNIK, 2011, p.57)⁵⁸.

Ao chegar ao fim desta escrita, deste processo, nos damos conta de que não apenas rememoramos estas sensações ao longo da realização da pesquisa, mas também estivemos em contato e conflito direto com a atualidade, quando ganham força problemas que se desenvolvem em torno da questão de pessoas que chamamos *ingovernáveis*.

Não era nossa pretensão, como anunciamos no princípio, a de oferecer respostas à perguntas dos dias de hoje. Mas elas estão face a face com o que pensamos, pesquisamos, com a nossa própria experiência. Estados de dominação que proliferam em todas as instâncias da vida.

Pensamos aqui no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, tornado lei há quase um ano, e que *regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional*⁵⁹. Também os recentes arbítrios em torno da internação compulsória e na recente parceria firmada entre o Governo do Estado de São Paulo, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil para realização da internação compulsória de dependentes químicos⁶⁰.

⁵⁸ ROLNIK, Suely [org]. **Arquivo para uma Obra-Acontecimento**. São Paulo: SENAC, 2011.

⁵⁹ BRASIL. **Lei** nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 30 jan 2013.

⁶⁰ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Entenda o que é a internação compulsória para dependentes químicos. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=225660&c=558&q=entenda-o-que-u-a-internauuo-compulsuria-para-dependentes-quumicos>>. Acesso em 30 jan 2013.

INGOVERNÁVEIS COMO NOME COMUM

Assim, ao longo desta dissertação, tentei demonstrar, no sentido de tentar *fazer ver*, uma experiência e suas ações, buscando também recortar os acontecimentos que me levaram a pensar na ideia de *ingovernáveis*. Não foi tanto o projeto Pão & Beleza e também não foi o CDDH. Foram os encontros com alguns moradores de rua. Alguns nomeados individualmente (Maurício, André) e outros apenas em coletivo (aqueles atendidos pela Comissão da Vila Macedo).

Quisemos então pensar os ingovernáveis como um nome comum. Partíamos da noção de cuidado de si foucaultiana como chave para ler todo este processo. Mas “não deu”, não funcionou, outros afetos foram mobilizados. E fomos, pouco a pouco, tentando operar com o dispositivo do sintetizador para encontrar as categorias que pudessem nos fazer construir este nome comum, ou seja, *trazer à existência coisas que acontecem e de dar a elas, em base empírica, um significado mais ou menos geral, procurando assim qualificar a extensão da generalidade à qual chega a definição.* (NEGRI, 2003, p.10)⁶¹

O ingovernável como nome comum, e não como conceito, para permitir a abertura aos novos eventos que se produzirão como resistência às incessantemente renovadas tecnologias de governo. Caberá a cada um, a partir daquilo que viveu e dos afetos que pode experimentar, realizar a cartografia conceitual que permita potencializar as resistências singulares e coletivas que emergem dos processos e rumam à criação.

⁶¹ NEGRI, Antonio. **5 Lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

INGOVERNÁVEIS COMO COMPOSIÇÃO

O nome comum que atribuímos à nossa experiência foi ingovernáveis e com isso quisemos nomear aquelas pessoas que mobilizam a inconstância, a recusa e a coragem para afastar as forças que querem governar suas condutas (governo dos outros) e, deste modo, afirmarem sua própria singularidade (governo de si).

Quanto à recusa: aqueles poucos moradores de rua que consideramos *ingovernáveis* efetivamente recusavam o atendimento, dizendo o *que não queriam e por que não queriam* sempre que eram postos contra a parede. A recusa como "eu preferiria não", tal como em *Bartleby*, também acontecia, mas não era tão definitiva quanto a recusa frontal, parrésica.

Quanto à coragem: entra nesta composição porque estes *ingovernáveis* arriscam a vida não apenas porque dizem uma verdade ("eu recuso"), mas principalmente porque seu próprio modo de vida expressa a verdade que dizem: "não vivo de acordo com estes preceitos, com esta moral, com estas regras". Dizer a verdade mas, principalmente, mostrar a verdade no próprio modo de vida.

Quanto à inconstância: o ponto mais forte da inconstância destes *ingovernáveis* diz respeito à mobilidade do desejo, na aceitação irrestrita do que era oferecido para, depois, retornar ao modo de vida anterior ao contato e ao "contrato". Ao mesmo tempo, havia um desejo genuíno de conhecer alguns dos educadores, seus mundos, seus modos de vida, que se expressava até mesmo em paixão amorosa, em amizade, etc.

ÚLTIMA PÁGINA

Chegamos a algum lugar. Precário, certamente. Também imperfeito. Mas, sobretudo, provisório, considerando que foi um trabalho forjado a partir de lutas que tiveram lugar em determinado espaço e tempo. O grande desejo é que algumas palavras, algumas páginas, sejam capazes de potencializar outras lutas: ocorram elas nas ruas ou no pensamento. Ambos são lugares de experimentação. Coragem!

E, quando se realça a provisoriedade do trabalho como um todo, é justamente em função de outras lutas que ocorrerão. Começamos esta última parte com uma página de nosso arquivo que marcou a derradeira viagem e não quisemos terminar com ela porque outros caminhos têm sido percorridos, outras lutas, outras centenas de páginas anotadas em cadernos, agendas, cadernetas. Outras lutas, outro arquivo!

Certamente encontraremos problemas ditos teóricos neste trabalho e com eles teremos que nos entender. Mas, para além disto, o nome comum *ingovernáveis* carrega em si uma potência e uma alegria: dizer-se e sentir-se ingovernável, ainda que por um segundo, dá uma alegria e uma potência dos diabos. E a alegria... esta é a prova dos nove!

Que prolifere!

REFERÊNCIAS

93% das mortes cometidas por PMs de São Paulo ocorrem na periferia. **Spresso SP: o site de São Paulo.** Disponível em: <<http://www.spressosp.com.br/2012/07/93-das-mortes-cometidas-por-pms-de-sao-paulo-ocorrem-na-periferia/>>. Acesso em: 15/01/2013.

ABANDONO da Vila Macedo é tema de audiência pública. **Portal Dados Municipais.** Disponível em: <<http://www.dadosmunicipais.org.br/index.php?pg=exibemateria&secao=7&subsecao=21&id=871&uid=>>>. Acesso em: 23/12/2012.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. **Outra travessia**, número 5, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2005.

AGAMBEN, Giorgio. *Metropolis*. **Sopro**, Florianópolis, n. 26, p. 1-4, abri. 2010.

AUDIÊNCIA traz esperanças para a Vila Macedo. **Portal Dados Municipais.** Disponível em: <<http://www.dadosmunicipais.org.br/index.php?pg=exibemateria&secao=2&subsecao=9&id=897&uid=>>>. Acesso em: 23/12/2012.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **estudos históricos: arquivos pessoais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: Agosto/2012.

BOFF, Leonardo. **Do lugar do pobre.** Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo et al. **Direitos humanos, direitos dos pobres**. São Paulo: Vozes, 1991.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>>. Acesso em: 04/01/2013

BRASIL. **Lei nº 12.594**, de 18 de Janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 30 jan 2011.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS. **Perfil dos beneficiários: maio de 2008**. Petrópolis, 2008. 4 p.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS. **Relatório de atividades**. Petrópolis, 2009. 4 p.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS. **História**. Disponível em: <<http://cddh.org.br/historia.html>>. Acesso em: 02/01/2013.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto: 2001.

DELEUZE, Gilles. **Espinoza e os signos**. Porto: Rés Editora, Lda., 1970.

DELEUZE, Gilles. A ascensão do social. Prefácio. In: DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DELEUZE, Gilles. Desejo e prazer: carta de Deleuze a Foucault. In: **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, número especial, p. 13-25, jun. 1996.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Sobre o teatro**: um manifesto a menos; o esgotado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2012.

DELEUZE, Gilles. **Aula sobre Espinosa em 24/01/78**. Disponível em <http://www.webdeleuze.com>. Acesso em: 13/01/2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. São Paulo: Editora 34, 1995. V. 2.

FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. **Justiça e Paz**: memórias da Comissão de São Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? Crítica e *Aufklärung*. **Bulletin de la Société française de philosophie**, Vol. 82, nº 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Disponível em: <<http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>>. Acesso em: 25/01/2013.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: Manoel de Barros da Motta (org.). **Estratégia, Poder-Saber**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. P. 203-222. (Coleção Ditos & Escritos Volume, 4)

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010-b.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010-c.

FOUCAULT, Michel. **A coragem de verdade**: o governo de si e dos outros II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos. 2. Ed. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011-b.

GINSBERG, Allen. **Uivo, Kaddish e outros poemas**. Porto Alegre: L&PM, 1984.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Entenda o que é a internação compulsória para dependentes químicos. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=225660&c=558&q=entenda-o-que-u-a-internauuo-compulsuria-para-dependentes-quumicos>>. Acesso em 30 jan 2013.

HARDT, Michael. Crise abre espaço para a política do comum. **IHU Online**. Rio Grande do Sul, n. 287, Ano IX. 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2441&secao=287>. Acesso em: 15/01/2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Editora. Record, 2001.

LANCETTI, Antonio. Entrevista ao vereador Ítalo Cardoso. **Programa Sala de Visitas**. 2011. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=ewvEr1iamRE>>. Acesso em: 05/01/2013.

LANCETTI, Antonio. Os riscos ocultos do crack. **Revista Brasileiros**, edição 49, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/edicoes/49/textos/1664/>>. Acesso em 05/01/2013.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

MACHADO, Silvio Ricardo Munari. **A Pedagogia do Cuidado no projeto Pão & Beleza**. 2006. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Departamento de Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

MACHADO, Silvio Ricardo Munari. **Pedagogia do Cuidado: um estudo sobre a dimensão ética e biopolítica do projeto pedagógico do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (RJ)**. São Carlos: UFSCar/PPGE. 9 p.

MIRANDA, Márcia. Panorama do Brasil. In: BOFF, Leonardo et al. **Direitos humanos, direitos dos pobres**. São Paulo: Vozes, 1991.

NEGRI, Antonio. **5 Lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio. **La fábrica de porcelana**. Barcelona: Ediciones Paidós América S.A., 2008.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

RELATÓRIO de acompanhamento do grupo de moradores em situação de rua da Vila Macedo. Petrópolis, 2009, 6 p.

ROLNIK, Suely. Despedir-se do absoluto. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, Número Especial, p. 244-256, jun. 1996.

ROLNIK, Suely [org]. **Arquivo para uma Obra-Acontecimento**. São Paulo: SENAC, 2011.

SILVA, Rosane Neves. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**; 16 (2): 12-19; maio/ago.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a03v16n2.pdf>. Acesso em: 15/01/2013.

VALENTE, Gianni. Operação Gutiérrez. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505277-operacao-gutierrez>>. Acesso em: 04/01/2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.